



SEMINÁRIO INTERNACIONAL

# COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

## Comunicação Dialógica e Midiativismo





SEMINÁRIO INTERNACIONAL

# COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

DEBATE DE PESQUISAS E EXPERIÊNCIAS



# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## Herdeiros de um modo de vida: direito ao ambiente saudável na mediatização da ameaça de mineração no Rio Camaquã

### Heirs of a way of life: right to a healthy environment in the mediatization of the threat of mining in the Camaquã River

Cláudia H. de Moraes – Universidade Federal de Santa Maria<sup>1</sup>

Eliege M. Fante – Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho traz uma amostra de cartografia das publicações na rede social Facebook de moradores e ativistas ambientais sobre projeto de mineração no Rio Camaquã (RS). Na introdução, trata do objetivo que é refletir sobre as postagens de resistência do midiativismo ambiental na sua interconexão com a luta pelo direito ao ambiente saudável. Na revisão teórica, a partir de um histórico do lugar, verifica que as populações atingidas por projetos do desenvolvimentismo buscam formas de resistência ao longo dos anos, com isso fortalecendo ações coletivas. Na análise, apresenta a resistência das comunidades como única forma de sobreviverem diante das agressões da mineração. Entra em cena o midiativismo ambiental, a partir da criação de páginas na rede social Facebook. Nas considerações finais, indica que a comunicação *para* a cidadania é certamente objeto da comunicação *pela* cidadania, na medida em que a análise de um jornal de referência e da agência de notícias do governo do Estado, nos últimos cinco anos, evidencia a limitada atenção à situação, e condicionada à justificativa econômica do empreendimento, realidade que contrasta com a ocorrência de dois crimes ambientais contra rios no Brasil neste período (Bento Rodrigues/MG, 2015; Brumadinho/MG, 2019).

**Palavras-chave:** Midiativismo; Cartografia; Redes sociais; Rio Camaquã.

---

1Jornalista, doutora em Comunicação e Informação, professora adjunta na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: claudia.moraes@ufsm.br

2Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: gippcom@gmail.com

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

**Abstract:** This work brings a sample of cartography of the publications in the social network Facebook of residents and environmental activists about mining project in the Rio Camaquã (RS). In the introduction, it deals with the objective of reflecting on the resistance posts of environmental mediactivism in its interconnection with the struggle for the right to a healthy environment. In the theoretical review, based on a history of the place, it verifies that the populations affected by developmentalism projects seek forms of resistance over the years, thereby strengthening collective actions. In the analysis, it presents the resistance of the communities as the only way of surviving in the face of the aggressions of the mining. Environmental mediactivism comes on the scene, from the creation of pages on the social network Facebook. In the final considerations, it indicates that communication for citizenship is certainly the object of communication by citizenship, since the analysis of a reference newspaper and the state government news agency in the last five years shows the limited attention to situation, that is conditioned by the economic justification of the enterprise, a reality that contrasts with the occurrence of two environmental crimes against rivers in Brazil in this period (Bento Rodrigues/MG, 2015; Brumadinho/MG, 2019).

**Keywords:** Mediactivism; Cartography; Social networks; Rio Camaquã.

## 1. Introdução

O projeto Caçapava do Sul foi apresentado pela Votorantim Metais ao governo do Rio Grande do Sul em 2016. Consiste numa parceria da *joint venture* entre Nexa Resources e Mineração Iamgold Brasil para a mineração de zinco, chumbo e cobre. Apresentado como solução para o desenvolvimento da Metade Sul do Estado, comumente criticada pelo atraso e pobreza econômica em que supostamente se encontraria, as comunidades reuniram os diversos setores sociais nos quais atuam para dar o contraponto à política estadual que está sendo imposta à região. De fato, houve um período histórico de mineração no Rio Camaquã (1865-1996) o qual deixou marcas profundas de contaminação em uma das poucas áreas de remanescentes de fauna e flora características do bioma Pampa.

As questões norteadoras da pesquisa são: Como a construção da cidadania e o direito ao ambiente saudável é mobilizado nas postagens? Quais memórias do lugar e seus modos de vida estão em disputa sobre o uso do rio e da mina em Camaquã? Fazemos comparação das informações e suas fontes (governamental, do jornalismo hegemônico, e da comunidade), com a cartografia das notícias e postagens veiculadas sejam por agência governamental, pelo jornal *Correio do Povo* e pelas postagens uma

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

página de midiativismo ambiental, Rio Camaquã - União pela Preservação.

## **2. Justificativa e abordagem teórica**

O direito à expressão e à informação e o direito ao ambiente equilibrado se encontram na construção da cidadania ambiental, uma vez que não é possível que a sociedade decida sobre seu futuro ambiental sem acesso às informações em quantidade e qualidade para que o julgamento deste tema seja realizado em bases justas. Em situações em que o direito humano ao ambiente saudável é constantemente ameaçado, visualizamos as situações de comunidades que buscam formas de resistência baseadas em modos de vida tradicionais, ou seja, a partir de heranças socioculturais que marcam ações coletivas. O conceito de conflito ambiental em Acsehrad (2005, p. 26) dispõe sobre essa disputa em torno dos “[...] modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território [...]”. Diante da ameaça da apropriação do rio para a mineração, os moradores do lugar se percebem impedidos de continuar as atividades relacionadas ao modo de vida herdado.

Para Vieira (1998), a cidadania deve contribuir para a emancipação humana, abrindo espaço para o exercício da liberdade de todos. Miguel e Biroli (2010) indicam que a constituição de redes possibilitam a produção de informação a partir de novas perspectivas, de grupos sociais que antes estavam silenciados. Importante ressaltar ainda o conceito de midiatização, baseado em Gomes (2016), que postula a configuração de um ambiente midiatizado no qual os meios não são apenas instrumentos de relações pessoais “mas fazem parte da autocompreensão social e individual.” (p. 18). O midiativismo ambiental é entendido como uma forma de exercer a comunicação aliada aos movimentos sociais, com forte atuação em redes sociais com uso das tecnologias digitais, “com objetivo de construir uma narrativa própria e diferenciada em relação àquela da comunicação hegemônica.” (MORAES; FANTE, 2018, p.339) .

## **3. Métodos e instrumentos de pesquisa**

O estudo apresenta um mapeamento, de objetivo cartográfico, das informações

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

compartilhadas tanto pela agência governamental, quanto pelo jornalismo de referência e especialmente por meio de redes sociais de comunidades em defesa de seu modo de vida e dos direitos à cidadania ambiental. A cartografia nas Ciências Sociais é entendida “como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 45)..

## 4. Desenvolvimento

Buscamos a abordagem do projeto Caçapava do Sul na Agência de Notícias online do Governo do RS com a palavra-chave “Minas do Camaquã”. Entre 1 de junho de 2015 e 1 de junho de 2019, apenas três notícias relacionadas ao lugar. A primeira, sobre a interdição de duas barragens, sendo uma justamente na área onde a mineração foi interrompida em 1996. O comunicado<sup>3</sup> é de que, em caso de colapso da estrutura “não há risco de inundação”. Em notícia de 2016<sup>4</sup>, afirmam que a produção (leia-se extração da riqueza e conseqüente abandono de área degradada) deve ser de 36 mil toneladas de chumbo contido, 16 mil toneladas de zinco e cinco mil toneladas de cobre contido, ao ano. A finalidade é a exportação. Como se fosse o suficiente para as comunidades aderirem ao projeto, informam o “investimento previsto de R\$ 322 milhões” e uma “expectativa” de gerar 450 empregos diretos na fase de operação. Mesmo que se apresentassem ofertas de capacitação para os gaúchos campeiros atuarem nas minas, pouco sentido teria às comunidades descendentes de colonizadores espanhóis e portugueses adeptos da lida rural e campeira. Finalmente, em vistoria técnica para conferir a viabilidade do projeto em Minas do Camaquã<sup>5</sup>, a então secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ana Pellini, exaltou a exploração iniciada pela Companhia Brasileira de Cobre em 1942, “onde existiam minas de cobre a céu aberto e subterrâneas” e restou “um local turístico de belezas exuberantes e naturais”. Com a barragem de rejeitos deixada para trás e interditada conforme a primeira notícia desta amostra.

<sup>3</sup>Equipe da Defesa Civil realiza visitas técnicas em duas barragens interditadas. 10 abr 2019.

<sup>4</sup>Votorantim Metais apresenta projeto de mineração em Caçapava do Sul. 14 jun 2016.

<sup>5</sup>Mineradora de grande porte prepara instalação em Caçapava do Sul. 5 jun 2016.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

O jornal de referência *Correio do Povo* não realizou problematização junto às comunidades. No mesmo período, entre 1 de junho de 2015 e 1 de junho de 2019, com a busca no seu acervo online a partir das palavras-chaves “Rio Camaquã”, encontramos apenas duas notícias abordando a apreensão das comunidades diante da ameaça de mineração nas suas terras. Em 1 de julho de 2018, contam que a extração de mina deve ser de céu aberto durante 20 anos numa área de 388 hectares. Não questiona investimento de 20 anos que deixará para trás ecossistemas e suas comunidades devastadas, sendo que antes da mineração e atualmente a economia campeira gaúcha funcionou e funciona.

Finalmente, a compreensão do modo de funcionamento do lugar, sua economia e sua ecologia, ficou ao cargo da mobilização cidadã das comunidades que, organizadas, difundiram as suas informações em páginas de rede social graças a Internet ainda ser livre. É o caso da página criada em 26 de setembro de 2016, Rio Camaquã - União pela preservação<sup>6</sup>, curtida por 8.561 pessoas. As postagens são feitas quase que diariamente e as motivações vão desde a análise, ou difusão com comentários, de notícias de jornais locais, regionais e nacionais; eventos de mobilização em defesa do Rio Camaquã e do seu modo de vida campeiro (como palestras, debates, exposição de fotografias e filmes)<sup>7</sup> tanto em municípios que seriam atingidos pelo projeto de mineração quanto outros possíveis apoiadores da sua causa e a capital do Estado. A difusão da cultura pampiana conhecedora da biodiversidade sulina também aparece em diversos posts, ora enchendo os olhos de emoção (conforme se verifica nos comentários dos posts) ora buscando engajamento para a valorização da atividade local (como a produção de lã).

## 5. Conclusões

Com o mapeamento das notícias e postagens pelos diferentes emissores (governo, imprensa e rede social), concluímos que o governo gaúcho não dialoga com

<sup>6</sup>Disponível em: <https://www.facebook.com/uppcamaqua/posts/2241485492610777>

<sup>7</sup>Outras páginas no facebook foram criadas exatamente com o objetivo de trazer informações sobre a realidade pampiana dos municípios da bacia do rio Camaquã que não figuraram no jornal analisado, de cunho comercial e hegemônico, mas optamos por uma delas por questão de espaço.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

as comunidades atingidas em função de megaprojetos de desenvolvimento, bem como o jornalismo de referência (*Correio do Povo*) abre mão da discussão aprofundada sobre o conflito ambiental. O que resta à comunidade é o exercício do seu livre direito à expressão, demonstrando a resistência em função de seu modo de vida peculiar, de seu tempo e sua vida no campo, na sua relação com o ambiente. Cabe destacar que a resistência aos projetos de mineração se dá a partir de experiências acumuladas ao longo dos anos, na luta pelo ambiente saudável e sobrevivência no território, fazendo funcionar o conceito de conflito ambiental conforme Acselrad (2015). Também importante salientar que as postagens dos moradores são recortes de vivências, que trazem emoção e valorização da vida, diferentemente das informações veiculadas por outros emissores em que os investimentos econômicos são colocados como irresistíveis (ou como pontos sem necessário debate).

## 6. Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005, p.13-35.
- GOMES, Pedro. 2016. Mdiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Rev Famecos**, 23 (2). Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22253/14176>>
- MORAES, Cláudia; FANTE, Eliege. Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (Orgs). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018.
- PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul (RS), n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

\* Trabalho realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), PPGCOM/UFRGS, e com bolsa de doutoramento CAPES.

# Graffiti: arte urbana e comunicação alternativa.

## Graffiti: urban art and alternative communication.

David de Brito Moreno – Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Essa pesquisa tem como objetivo discutir o *graffiti* no contexto de *arte urbana*, buscando refletir as formas de comunicação alternativa da periferia através da cultura hip-hop e considerando visualidade como forma de poder. O território onde o projeto é desenvolvido localiza-se nos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Através da observação participante, acompanhamos os eventos da cultura hip hop, como rodas de rima, slam, poesias e atividades de grafite. Além disso, os próprios graffiti, espalhados pelas ruas das cidades também compõe os materiais desta pesquisa. Nesse contexto, a arte urbana é entendida como insurgência de discurso e mídia alternativa, portanto, buscamos analisar suas características estéticas, que transitam entre imagens realistas e abstratas, como forma de discurso que constitui a realidade das periferias urbanas e dos indivíduos que ocupam e compartilham esse espaço. Assim, cultura hip hop é compreendida como forma de resistência aos padrões impostos pelo *discurso hegemônico*, e o *graffiti*, como dispositivo utilizado para transgredir essa ordem excludente.

**Palavras-chave:** graffiti; arte urbana; hip hop; comunicação; poder.

**Abstract:** This research aims to discuss the graffiti in the urban context, seeking to reflect the forms of alternative communication of the periphery through hip-hop culture and considering visuality as a form of power. The territory where the project is developed is located in the municipalities of the metropolitan region of Rio de Janeiro. Through participant observation, we follow the events of hip hop culture, such as rhyming, slam, poetry and *graffiti* activities. In addition, the graffiti themselves, scattered on city streets also compose the materials of this research. In this context, urban art is understood as an insurgency of discourse in alternative media, therefore, we seek to analyze its aesthetic characteristics, which transit between realistic and abstract images, as a form of discourse that constitutes the reality of the urban peripheries and of the individuals that occupy and share this space. Thus, hip hop culture understood as a form of resistance to the standards imposed by hegemonic discourse, and *graffiti*, as a device used to transgress this excluding order.

---

<sup>1</sup> Graduando em História da Arte pela Escola de Belas Artes, UFRJ. Orientado pela Prof. Dra. Ana Lúcia Nunes de Sousa e a Mestre Valentina Carranza Weihmüller. E-mail: davibritomoreno@gmail.com

---

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

**Keywords:** graffiti; urban art; hip hop; communication; power.

## 1. Introdução

O contexto atual mostra que a difusão da imagem comercial via publicidade ocupa grande parte da comunicação encontrada na urbe e, de modo geral, formas de comunicação hegemônica que incentivam o desejo de consumo. Dessa forma, esse trabalho busca, a partir do que Foucault considera como formas de insurgência de discursos, compreender o *graffiti* como manifestação visual pertencente ao espaço urbano como forma de comunicação alternativa (Sousa, 2013), além de ferramenta importante de reconhecimento, empoderamento e conscientização dos indivíduos. A partir dos *graffitis* encontrados nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, se pretende apontar para formas de comunicação contra-hegemônica através das características da cultura hip hop. Junto de reconhecimento social, o *graffiti* pode ser interpretado, dentro de suas variações em território brasileiro se dividindo em grafite, pixo e pichação. Como potencial artístico que está para além das belas artes e da cultura hegemônica dominante, o *graffiti* se insere como nova perspectiva para a arte de nosso tempo, partindo do que Hans Belting (2006) aponta como um novo discurso que está para além de uma história da arte linear.

## 2. Justificativa e abordagem teórica

A partir da análise de elementos visuais identificados como *graffitis*, esse trabalho tem como objetivo evidenciar formas de *discursos* (Foucault, 2006; 2014) na perspectiva de comunicação na cultura hip hop (Moassab, 2011) compreendendo-a como comunicação alternativa (Sousa, 2013). Diante dos padrões sociais e culturais impostos pelo que Gramsci aponta como *hegemonia* (Moraes, 2010), pretendemos analisar as formas de discurso que compõe o cenário urbano através do *graffiti* e, entender seus desdobramentos utilizando abordagens teóricas e materiais coletados ao longo da pesquisa. A partir de Altamirano (2018), Araújo (2003), Lassala (2010) e Pires (2017)

pretendemos apresentar diversas compreensões da prática do *graffiti*, sua relação com a cidade, indivíduos e grupos sociais, além de evidenciar formas de comunicação alternativa pela qual a periferia se coloca visualmente dentro de um contexto hegemônico. Por fim, se pretende analisar o lugar dessas manifestações nas novas perspectivas da história da arte contemporânea (Belting, 2006).

### 3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Esta pesquisa está vinculada a dois projetos de pesquisa realizados no Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde: o projeto "Práticas e narrativas de resistência e re-existência na educação em Ciências e Saúde", dirigido pela Prof. Ana Lúcia Nunes de Sousa, e o projeto "Micropolíticas de resistência juvenil e saúde. Os ativismos de mulheres no hip hop latino-americano", realizado pela Doutoranda Valentina Carranza Weihmüller. Através da observação participante, registradas em diários de campo, acompanhamos os eventos da cultura hip hop, como rodas de rima, slam, poesias e atividades de graffiti. Além disso, os próprios graffitis, capturados em fotografias, espalhados pela região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro também compõe os materiais desta pesquisa.

### 4. Desenvolvimento

#### 4.1. Graffiti e comunicação; movimento hip hop e cidade.

O termo *graffiti* se consolidou por volta da década de 70 a partir de jornais que noticiavam as expressões feitas em tinta spray nos subúrbios e metrô norte-americanos, incorporado ao hip-hop, logo se tornou um dos pilares essenciais desse movimento, sendo mais um espaço de comunicação e protesto (Moassab, 2008). A raiz etimológica do termo *graffiti* se compreende através de manifestações em muros que vão da pré-história ao entendimento atual do termo - onde sofre considerável de interpretação no Brasil, se dividindo em grafite, pichação e pixo (Lassala, 2011; Pires 2017). Ao longo da história, essa manifestação é vista como uma forma de comunicação de pessoas que se encontram à margem – há registros desde Pompeia, onde é possível

---

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

encontrar manifestações de indivíduos que buscavam a voz que lhes era negada, como no caso das mulheres e escravos na sociedade antiga - tornando possível uma perspectiva de comunicação alternativa (Sousa, 2013).

### 4.2. Arte como discurso não hegemônico.

O graffiti pode ser entendido como imagem, quando encarna formas figurativas e palavras que se sustentam como discurso. Essa característica garante uma forma de diálogo direto com a sociedade, principalmente com os transeuntes da urbe, imersos em imagens do cotidiano. Tendo como referência as características da cultura hip-hop *consciência, ou atitude*, elementos apresentados por Andreia Moassab (2008) como fundamentais na relação dos praticantes e seu comprometimento social, de modo que não só as imagens como as palavras se tornam, através da imagem dos *graffitis*, discursos que defendem os direitos de indivíduos que são colocados à margem pelos detentores do poder hegemônico.

O conceito de *hegemonia* em Gramsci é fundamental para entender as relações de *poder* dentro da sociedade, e também pode ser relacionado a manifestações de caráter contra-hegemônico. Tendo como essência a transgressão, a exemplo da pichação e o pixo, que atuam como formas de discurso e permeiam a realidade das cidades, de forma marginalizada, o *graffiti* também pode ser entendido como *insurgência de saberes* (Foucault 2006), mídia alternativa e afirmação de direito à cidade.

## 5. Conclusões

Dessa forma, o graffiti pode contribuir para o acesso a arte de forma democrática, sem distinção de classe social, cor ou gênero. Como manifestação artística que se apropria da visualidade urbana e ocupa espaços que cada vez mais se tornam privados, essa prática contribui com a formação do espaço visual de forma plural. Se feito com 'consciência' – um dos pilares que fundamentam a cultura hip-hop (Moassab, 2008) - pode ser entendido como uma ferramenta importante no reconhecimento tanto dos indivíduos que praticam quanto os que ocupam e observam as cidades. Assim, o *graffiti* encarna o desejo humano de se manifestar, transformando os espaços que

---

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

cada vez mais são desenvolvidos pela objetividade técnica das máquinas e transformando em espaços de vivência por e para indivíduos que realmente ocupam as cidades.

### 6. Referencias bibliográficas

ALTAMIRANO, Micaela. **A pixação na paisagem de São Paulo: o risco como construção do sentido da vida urbana**. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

ARAÚJO, Marcelo da Silva. **Vitrines de concreto na cidade: juventude e grafite em São Gonçalo**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BELTING, Hans. **O fim da história da arte**. 1º ed. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado. 1ª ed. São Paulo: Edições Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Ed. 24. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LASSALA, Gustavo. **Em nome do pixo: a experiência social e estética do pichador e artista Djan Ivson**. Tese (Doutorado) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

MOASSAB, Andrea. **Brasil Periferia(s) A comunicação insurgente do Hip-Hop**, Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci**. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

## **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

**PIRES, Alan Oziel da Silva. A pichação como apropriação da cidade: o pixador como formador do cenário urbano.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

**SOUSA, Ana Lúcia Nunes de. Comunicación comunitaria y metodologías de realización audiovisual en Brasil y Argentina.** Dissertação (mestrado) - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

# The role of communicative competence in the development of democratic processes in the Russian media space.

Zubok Yulija, Doctor of Sociology, professor,

Head of Youth Sociology Center

Institute of Social and Political Studies of the Russian Academy of Sciences

Chankova Elena, Candidate of Pedagogical Sciences ass prof

Institute of Social and Political Studies of the Russian Academy of Sciences

**Abstract:** in the article are reviewed the relationship of the communicative competence of the individual and democratic processes in modern society. The methodological support for the study was a written survey, correlation analysis of data, software: the Fisher criterion applied, the Yule association method. In the author's study, a target sample was applied to form two homogeneous groups of 175 people each. on the basis of the type of interaction (real and virtual). In the used results of the applied research (data of the Russian Academy of Sciences), a total of 4.6 thousand people were surveyed in 21 regions of the Russian Federation, a representative sample.

It was revealed, on the one hand, increase the innovative potential of the personality, individual freedom and activism; on the other hand, reduced the level of partnership, cooperation, dialogue. The basic socio-cultural consequence is the destruction of sociality in its present form, the return of companies in the natural, pre-cultural state characteristic of European civilization to the era of the "social contract". These results indicate the ambiguity and contradictory processes of democratization.

The structure of the article includes the following sections: Introduction, Rationale and Theoretical Framework, Research Methods and Tools, Development, Conclusions and Reference.

**Keywords:** modern complex society, democratization, communicative competence of the individual, communicative competence in the Russian media environment.

## **1. Introduction.**

The issue of the democracy development is considered in this article in the aspect of the communicative competence of the personality in the media field. Communicative competence is interpreted as the ability of an individual to maintain sociality through the possession of communication knowledge, norms, values, communication skills and behavioral strategies. That is, the problem of communicative competence and sociality as the needs and abilities of a person to live in a group way is inextricably linked by democratic issues: boundaries of individual freedom, assumptions and restrictions in social relations, respect for the position of another, understanding of another.

Communicative competence of the individual as a phenomenon is investigated in multidirectional social practices of modern Russian reality: real and virtual. This distinction made it possible to identify: 1) signs of communicative competence as a modern scientific concept; 2) the specifics of the communicative competence manifestations in the digital sphere of interaction, the social consequences of virtual features of communicative competence for the prospects of social development. These distinctions allowed us to correlate the mechanisms of democratization and communicative competence, and also to reveal the possibilities of communicative competence as one of the factors of democratization of society.

The study was conducted directly by the author in the Moscow region. We also used data from studies conducted by the Russian Academy of Sciences from 2008 to 2017 in 21 regions of the Russian Federation. Thus, the study has the character of a nationwide scale.

## **2. Rationale and theoretical framework.**

In the methodological substantiation of the study used theoretical concepts:

- social reality of A. Shyuts (1994) in the paradigm of phenomenology, the construction of reality by Berger and Lukman (1996), the concepts of social change by P. Sztompka (1993), the sociocultural self-regulation of changing reality by V.I. Chuprov and Yu.A. Zubok (2017). The concept of a changing social reality explains the way a person lives in a complex society with sociocultural spaces of different types. The subject of consideration in these theories are not so much the objective differences of social phenomena (social reality), as their subjective perception (social reality) at the level of

everyday consciousness of people in the process of their interactions. Social reality is understood as being shaped by people in their daily lives and constantly changing. The essence of the change is the continuous production and reinterpretation of specific meanings and values based on the basic images of objects of reality. The changing reality as a process of reconfiguration of meanings becomes a condition for changing the ideas about communicative interactions and the communicative competence of an individual;

- virtual reality Castells M.(2010), Elliot A., Urry J.(2010) et al. The multisite specifics of network communication determines the nature of cultural forms of its expression, and the communicative competence of the individual encompasses the cultural characteristics of virtuality communication and fixes them in social practices. Since virtuality is "... an artificially created environment that exists in the" man-computer "mode, virtual interactions are the human-computer interactions. In these interactions, a person is replaced by his virtual representative - e-mail, Skype name, nickname in blogs, chat rooms, etc. The specificity of this interaction is manifested in distance, anonymity and imagination. The specificity of this interaction is manifested in distance, anonymity and imagination. A person can act in interactions under his own name, fictional, or anonymously. This creates a situation of uncertainty and creates an open social reality that needs to be recognized, or imagined and completed, by choosing appropriate methods. The specificity of communicative competence and communication in a virtual environment is the merging of its mass and interpersonal forms (Kolomiets V.P., 2010, No. 9, Garsia Tresno, 2016, March);

- modern complex society Bauman Z. (2002), Archer M. (2003), Kravchenko S.A. (2012) et al. For a complex society, new social realities, new theoretical tools for their understanding are characteristic (including twists to complexity with technological, organizational and communication innovations). National states and societies are not able to control the global flows of information in a non-linear, self-organizing, reflective system of a complex society. Therefore, the authors of the theory of complex society are talking about identifying rational and irrational tendencies that can be controlled. Communicative competence of the individual is considered as an element of the model of managed openness.

### **3. Methods and research tools.**

These methodological foundations formed the basis of the concept of communicative competence of the individual in a changing social reality.

The concept describes two aspects of the communicative competence of the individual: institutional and socio-cultural. These aspects have been identified for different sociocultural environments from the point of view of the strength of institutional ties and have different mechanisms of communicative competence. Institutional communicative competence regulates interactions by value-normative means in the status-role distribution.

Under the influence of the weakening of institutional ties, the role of sociocultural factors in the formation of the communicative competence of the individual is enhanced. The sociocultural mechanism of communicative competence is formed in the context of situational communication - by means of self-regulation. Here the reflexivity of the situation, the rationalization of situational behavior, the construction of the time norm are in demand. Based on this, the empirical referents of the communicative competence of the personality are: signs of sociality, knowledge of communication, norms of communication, values of communication, skills and ways of behavior in communication, features of communication organization of various types.

The methodological support for the study was a written survey, correlation analysis of data, software: the Fisher criterion applied, the Yule association method. In the author's study, a target sample was applied to form two homogeneous groups of 175 people each. on the basis of the type of interaction (real and virtual). In the used results of the applied research (data of the Russian Academy of Sciences), a total of 4.6 thousand people were surveyed in 21 regions of the Russian Federation, a representative sample.

#### **4. Development.**

Developed a typology of communicative competence of the individual: the type inherent in real and the type inherent in virtual interactions. The identified empirical types of communicative competence have the following features that are significant for the democratization of social processes:

4.1. In virtual interactions, in conditions of a weakening of social institutions, the attitude towards the norm of communication changes: it acquires mobility and can be constructed by actors for a given situation as temporary. If we relate the attitude to the norm with respect to the law as the basis of democracy, then we should state the situation of anomie in the virtual space.

4.2. Values of communication becomes more instrumental, rational and provide fast-appearing and changing forms of communication. In these conditions, such communicative skills as creativity, individual creativity and self-regulation, reflexivity are in demand. These skills in the structure of communicative competence initiate personal and civic activity, contribute to the development of civil society.

4.3. Increasing the level of activism in virtual interactions. In the Russian media areas of interaction, the level of civic engagement is growing and provided with instrumental and communicative competence of the virtual type. It is revealed that in the Russian virtual practices a collective habitus of activism is being formed as a new behavioral form.

4.4. The reduction of respect for the position of another, reduction of motivation for understanding the position of another, substitution of meanings by simulacra, orientation to getting a “HYIP” instead of semantic exchange, reduction of ethics of relationships, direct insults and trolling are in contradiction with these positive entities. With the reduction of external social control, the erosion of the norms of communication, the individual becomes prone to a “pre-civilizational” state, which goes against the understanding of democratic processes.

## **5. Conclusions.**

Communications in the Russian media field, provided by the communicative competence of the virtual type, contribute to the development of democratic processes. However, this relationship is not unambiguous and is accompanied by a number of contradictions: between freedom from institutional norms, the expansion of personal freedoms in the interaction space and disrespect for the individual and the freedom of others in this interaction; between the intensive development of initiative, self-organization and self-regulation on the basis of reflection and a decrease in the level of internal ethical control in the structure of a person and its communicative competence; between increased civic engagement and a general state of normalization of anomie. These contradictions are considered as the risks and vulnerabilities of a modern complex society.

Therefore, monitoring the state of communicative competence as a social phenomenon is required for understanding the trends of social development, the processes of developing democracy, including creating a model of manageable openness of a complex society.

## **6. References.**

1. Schutz A. (1994). The development of concepts and theories in social sciences.

American sociological thought. Moscow, 1994. (In Russian).

2. Berger, P. L., T. Luckmann. (1966). The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge, Garden City, NY: Anchor Books.

3. Szotompa P. (1993). The Sociology of Social Change. — Oxford and Cambridge: Blackwell.

4. Zubok Y.A., Chuprov V.I. (2017, T.1, № 1). Changing social reality in a crisis Russian society // Economic and social changes: facts, trends, forecast, p.41-57.

5. Castells M.(2010). The Information Age: Economy, Society and Culture. Volume I: The Rise of the Network Society. 2-nd edition. Oxford: Wiley-Blackwell.

6. Elliot, A., Urry, J. (2010). Mobile Lives. Routledge.

7. Buchanan M. (2002). Small World: Uncovering Nature's Hidden Networks. London: Weidenfeld and Nicolson.

8. Archer M.S. (2003). Structure, Agency and Internal Conversation. Cambridge: Cambridge University Press.

9. Kravchenko S.A. (2012, №2). The formation of complex socium: the demand for new approaches in researching IT. Gumanitarij Juga Rossii, P. 29-45.

10. Kolomiets V.P. (2010, №9). Media environment and media consumption in modern Russian society.// Sociological studies, p.58-66.

# Rádios comunitárias em rede: uma proposta de categorização a partir da análise de seu desenvolvimento histórico

## Networks of community radios: a proposal of categorisation based on the analysis of their historical development

João Paulo Malerba – UFRJ<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa as redes de articulação, mobilização e organização de rádios comunitárias, com foco nas inovações técnicas. A partir de uma análise do seu desenvolvimento histórico, são propostas as seguintes categorias de rádios comunitárias em rede: redes informativas (subdivididas em centros de produção, cadeias radiais e radio-agências informativas), redes virtuais e (sua hibridação) redes livres e comunitárias. Organizadas em sua ordem cronológica de surgimento, notamos que as rádios em rede surgem mais focadas na difusão e coordenação para irem abrindo cada vez mais espaço para a troca e auto-organização. O artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado que analisou as mudanças políticas, sociais e tecnológicas das rádios comunitárias brasileiras a partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental, além de uma pesquisa quantitativa com cem rádios comunitárias e pesquisa qualitativa com dez delas. Serão apresentados exemplos representativos de cada uma das categorias de redes de rádios comunitárias.

**Palavras-chave:** Rádios comunitárias; TICs; Redes comunitárias; Comunicação Comunitária; Convergência midiática.

**Abstract:** The article analyses networks of articulation, mobilisation and organisation of community radio stations, focusing on technical innovations. Based on an analysis of their historical development, the following categories of community radios networks are proposed: information networks (subdivided into production centres, radio chains and radio agencies), virtual networks and (its hybridisation) community networks. Organised in their chronological order of emergence, we note that networked radios emerged more

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ. E-mail: joaopaulomalerba@gmail.com.

---

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

focused on diffusion and coordination to gradually change towards exchange and self-organization. The article presents part of the results of a doctoral research that analysed the political, social and technological changes of Brazilian community radio stations based on bibliographical review, documentary research, as well as a quantitative research with 100 community radios and qualitative research with ten of them. Representative examples of each of the categories of Community radio networks will be presented.

**Keywords:** Community radios; ICTs; Community networks; Community Communication; Media Convergence.

### 1. Introdução

A criação de rede de rádios é uma estratégia tão antiga das rádios comunitárias quanto elas próprias. Basta lembrarmos que as primeiras rádios populares latino-americanas surgem de redes de rádios educativas que, individual ou coletivamente, vão adquirindo perfis políticos ao longo de seu processo histórico. Outro exemplo histórico é a combativa rede de rádios mineiras bolivianas.

Tanto para somar forças frente à repressão estatal ou para criar laços de solidariedade e troca, as rádios comunitárias foram conformando entre si redes locais, regionais, nacionais e internacionais, efêmeras ou de duração mais longa. Nem todas as redes tinham e têm caráter político ou representativo. Na verdade, nem todas elas se entendem ou funcionam como “rede”: podem ser federações, cooperativas, centros de produção, movimentos políticos, coletivos, associações etc..

Outro elemento a ser destacado é que as próprias rádios comunitárias, muito antes do advento das novas tecnologias de informação e comunicação, já se configuravam elas mesmas como redes locais de articulação, mobilização e organização de atores sociais comprometidos com a luta pelos direitos humanos, dentro e fora da comunidade. A rádio exercia esse papel de articulação, mobilização e organização em diferentes níveis: entre os membros da comunidade, entre movimentos sociais e a comunidade, entre movimentos sociais entre si etc.. E de um modo bastante particular, já que os “alvos” da ação eram simultaneamente atores.

---

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

O foco desse nosso artigo são as redes de articulação, mobilização e organização inter-rádios e intrarrádio comunitária, com foco nas inovações técnicas. Na perspectiva inter-rádios, nosso foco serão as redes sem intenções representativas e políticas (como as associações e o movimento político de rádios comunitárias). Já na perspectiva intrarrádio, teremos atenção para as novas possibilidades técnicas de interação e vinculação que se somam aos modos tradicionais (reuniões, ligações telefônicas, correios etc.), sem substituí-los. Tanto na perspectiva inter quanto na intra, as novas tecnologias de informação e comunicação (principalmente, mas não só a internet) vieram ampliar as possibilidades de sinergia entre esses atores.

### 2. Justificativa e abordagem teórica

A importância da pesquisa reside na preponderância que o formato *rede* adquiriu para todas as formas atuais de ação política, entre elas, as rádios comunitárias. Originalmente nascidas no mundo analógico, esses atores foram se adaptando à convergência midiática e fazendo diversos usos de suas potencialidades, notadamente promovendo a sinergia de forças a partir da conformação de diversos tipos de redes. Até onde pudemos mapear, não encontramos trabalhos que categorizassem esses tipos de redes com foco nas rádios comunitárias.

### 3. Métodos e instrumentos de pesquisa

O artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado que analisou as mudanças políticas, sociais e tecnológicas das rádios comunitárias brasileiras a partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental, além de uma pesquisa quantitativa com cem rádios comunitárias e pesquisa qualitativa com dez delas. Serão apresentados exemplos representativos de cada uma das categorias de redes de rádios comunitárias.

### 4. Desenvolvimento

---

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

Num esforço de categorização, destacamos três tipos de rádios em rede: redes informativas (subdivididas em centros de produção, cadeias radiais e radioagências informativas), redes virtuais e (sua hibridação) redes livres e comunitárias.

### 4.1 *Redes informativas*

Esse primeiro tipo de rádios em rede se caracteriza pela existência de um centro que produz, organiza e distribui produtos informativos com foco (nem sempre exclusivo) nas rádios comunitárias. São os casos dos *centros de produção, cadeias radiais e radioagências informativas*: a sinergia (sintonia) resulta da orquestração temática (conteudística) das rádios comunitárias em rede. Tendo em vista a própria natureza dos atores envolvidos, sempre houve um esforço para que os *nós* da rede retroalimentem o *centro* com suas produções locais, a fim de serem redistribuídas através da rede, algo estimulado inclusive com capacitações para produção de conteúdo próprio. Mas a retroalimentação nem sempre acontecia (ou era incipiente), ou por problemas de infraestrutura (pessoal capacitado, recursos tecnológicos etc.) ou pela consolidação de uma cultura unidirecional e de baixa pró-atividade (pouca autonomia). A chegada da internet e o barateamento nos custos operacionais de produção e distribuição têm favorecido um fluxo mais dinâmico em ambos os sentidos.

### 4.2 *Redes virtuais*

Se as redes informativas se caracterizam pela conformação de redes de rádios comunitárias a partir de um centro organizador e/ou informativo, o advento da chamada *web 2.0* permitiu a conformação de *redes virtuais* caracterizadas por serem horizontais, colaborativas, multidirecionais e mais ou menos autônomas. Se nas redes informativas o foco é na articulação, mobilização e organização *inter-rádios* (a comunidade é um alvo indireto ou final), nas redes virtuais há uma tendência maior de o processo acontecer simultaneamente nos dois níveis (inter e intrarrádio).

As redes virtuais de rádios comunitárias dependem de uma plataforma que a deem suporte. Normalmente essa plataforma é um portal da internet específico, que se

---

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

somam as inúmeras comunidades virtuais criadas em redes sociais genéricas (Facebook, Instagram, Twitter etc.). Além disso, já estamos vendo surgir redes virtuais que têm como suporte aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas via celular (como WhatsApp e Telegram).

### 4.3 Redes livres e comunitárias

Se nas redes informativas e virtuais as rádios comunitárias *utilizam* a plataforma da rede, nas redes comunitárias elas podem, simultaneamente, *ser* a plataforma para a rede e *compor* a plataforma da rede. Ainda que seja um processo ainda pouco comum no Brasil, apostamos ser uma questão de tempo até que as comunidades se apropriem dessa infraestrutura de rede aberta, descentralizada e gerida pelos próprios usuários.

É a popularização da conexão a internet que está favorecendo seu surgimento em diversas partes do mundo. Também chamadas *redes comunitárias digitais*, Holander as define “como um nível intermediário entre as comunidades virtuais (entendidas como comunidades de interesse geograficamente dispersas com base na internet) e as comunidades da ‘vida real’” (2002, p. 34, as aspas são dele para indicar comunidade geográfica baseada em interações face a face entre seus membros): podem ser vistas como uma tentativa de promover o desenvolvimento de comunidades geográficas, usando a tecnologia digital.

## 5. Conclusões

Organizadas em sua ordem cronológica de surgimento, notemos que as rádios em rede surgem mais focadas na difusão e coordenação para irem abrindo cada vez mais espaço para a troca e auto-organização. A forma horizontal e multidirecional das novas tecnologias cada vez mais estruturalmente sobredetermina todos os níveis de trocas.

Ao traçarmos a sequência histórica de diferentes tipos que vão desde o *centro de produção* (um núcleo produtor distribuindo para rádios hertzianas pré-internet) até as *redes livres e comunitárias* (estrutura de troca e cooperação de infraestrutura de rede,

---

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

da qual a rádio comunitária é um no colaborativo) notamos a mesma evolução *ponto-ponto*, *ponto-muitos*, *muitos-muitos* verificado na transição da comunicação linear para a comunicação em rede sem, contudo, anularem-se: a rádio comunitária continua veiculando os spots em direitos humanos do centro de produção, faz o *upload* da sua reportagem no Radiotube, interage com o grupo de ouvintes no WhatsApp, abre seu Wi-Fi na estrutura *wimesh* local etc.. Afastando-nos do determinismo decorrente do emprego da palavra “evolução”, o que queremos destacar é um processo de *autonomização* de estruturas comunicacionais que se deslocam de um foco na difusão/ coordenação para uma maior promoção da troca/auto-organização.

### 6. Referencias bibliográficas

CAMINATI, Francisco Antunes. **Rádio Mundial, Redes locais: protótipo de rede híbrida de informação digital e analógica via rádio na Reserva Extrativista do Alto do Juruá, Acre**. In: CAMPAGNOLI, Fernando e COSTA, Danielle Pereira. Redes de educação à distância como instrumento de proteção da Amazônia. Brasília: Gráfica Brasil, 2013.

MALERBA, J. P. C.. **Rádios comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação: UFRJ, 2016.

\_\_\_\_\_. **Rádios comunitárias 2.0: propostas éticopolíticas de uma rede de redes**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação: UFRJ, 2009.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu et al. **Comunicação digital e a construção dos commons: redes virtuais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2007.

# **Revista de Comunicação Dialógica: um projeto em prol da pesquisa científica e da democracia**

## **Journal of Dialogical Communication: a project for scientific research and democracy**

Luany Galdeano – Uerj

Resumo: A Revista de Comunicação Dialógica constitui-se em uma revista que busca integrar os saberes das áreas de comunicação, educação e cultura em torno da produção de significados voltada para a promoção da democracia. Em outras palavras, este periódico enfatiza o universo da comunicação dialógica, concebendo comunicação como toda e qualquer troca de significados, o que abrange os fenômenos educacionais e as manifestações culturais, estas também vistas sob o ponto de vista mais amplo, o da antropologia. Nosso propósito principal é contribuir para a construção de conhecimento acerca do universo da comunicação dialógica, o qual entendemos da forma mais ampla possível. Diante disso, nos interessará em primeiro plano toda a produção acadêmica sobre o campo da comunicação independente, comunitária, popular, alternativa e, em termos mais recentes, do midiativismo. Além disso, nos interessará bastante a produção crítica sobre o que se concebe como economia política da comunicação, que analisa os modos como os sistemas de comunicação estão organizados e em permanente transformação, a partir das quais se movimenta o campo da comunicação independente.

Palavras-chave: comunicação dialógica; midiativismo; comunicação comunitária

Abstract: The Revista de Comunicação Dialógica seeks to integrate the knowledge of the areas of communication, culture and education around the

production of meanings aimed at promoting democracy. In other words, this journal emphasizes the universe of dialogic communication, conceiving communication as any and all exchange of meanings, which involves educational phenomena and cultural manifestations, which are also seen from the broader point of view, of anthropology. Our main purpose is to contribute to the construction of knowledge about the universe of dialogic communication, which we understand as broadly as possible. Considering this, we will be interested in all academic production on the field of independent, community, popular, alternative and, more recently, media activist communication. In addition, we will be very interested in the critical production of what is conceived as the political economy of communication, which analyzes the ways in which communication systems are organized and in permanent transformation, from which the field of independent communication moves.

Keywords: dialogic communication; media activism; Community communication

## **1 Introdução**

Os ataques à produção científica no Brasil põem em pauta a necessidade de se analisar a relevância de diversos campos de estudo – sobretudo dos cursos de humanas. Dessa forma, é necessário que haja maiores estudos por parte da comunidade acadêmica a respeito de áreas que irão afetar positivamente a sociedade e as relações nela existentes, prezando, sobre tudo, a democracia e construção do conhecimento. Nesse âmbito, surge a Revista de Comunicação Dialógica, uma revista que integra os saberes das áreas de comunicação, educação e cultura em torno da produção de significados voltada para a promoção da democracia. O periódico aborda o universo da comunicação comunitária, concebendo esta como toda e qualquer troca de significados, o que abrange os fenômenos educacionais e as manifestações culturais, estas também vistas sob o ponto de vista mais amplo, o da antropologia.

A Revista de Comunicação Dialógica aborda, em primeiro plano, toda a produção acadêmica sobre o campo da comunicação dialógica, independente, comunitária, popular, alternativa e, em termos mais recentes, do midiativismo. Tal área evidencia cada vez mais sua necessidade, especialmente em tempos

de violação dos direitos humanos, uma vez que possui viés democrático e voltado para importantes áreas do desenvolvimento social.

Além disso, ao lado dessa produção, a Revista trata bastante da produção crítica sobre o que se concebe como economia política da comunicação, que analisa os modos como os sistemas de comunicação estão organizados e em permanente transformação, a partir das quais se movimenta o campo da comunicação independente.

Damos, também, foco à reflexão em torno de metodologias participativas de pesquisa na comunicação, com o intuito de estimular o desenvolvimento epistemológico da área. Produções relacionadas aos universos da educação e da cultura quando pensadas como produção de significados de forma dialógica, voltados para a promoção da democracia – que é uma das bases para se compreender essa área da comunicação.

## **2 Justificativa e Abordagem teórica**

O projeto justifica-se, em primeiro lugar, pelo reduzido número de revistas na área de comunicação no Brasil. Embora a dada importância do campo da comunicação para se compreender e analisar a sociedade e a ampla área de conhecimentos dentro dele, existe sobre os editores uma sobrecarga de artigos para serem avaliados por dessa escassez. Assim, evidencia-se a existência de uma grande demanda de pesquisadores para pouca oferta de espaço de publicação na área da comunicação.

Em segundo, não há uma revista de comunicação no Brasil dedicada ao universo da comunicação dialógica (ou independente, comunitária, popular, alternativa, seja qual for o nome que se queira dar a essa área específica de conhecimento), que é extremamente ampla e dialoga com diversas outras áreas do conhecimento – tais como a cultura e a educação. Portanto, uma segunda lacuna refere-se ao vazio existente no que se refere à um periódico voltado para essa área específica.

Em terceiro e, por outro lado, percebe-se uma expansão desse segmento da comunicação em todos os sentidos, seja pelo crescimento do midiativismo impulsionado pelas novas tecnologias da informação; pela necessidade crescente de produção de significados alternativos aos produzidos pelas mídias convencionais; ou pelo aumento do interesse de pesquisadores sobre esse

campo, sendo, inclusive, parte desse aumento derivado dos próprios processos de formação acadêmica de comunicadores populares.

### **3 Métodos e Instrumentos de Pesquisa**

A Revista receberá produções dentro das seguintes modalidades:

1. Artigos – trabalhos científicos que relatem processos ou resultados de pesquisas adequados à linha editorial da Revista; 2. Resenhas de livros ou filmes sobre o universo da comunicação dialógica; 3. Entrevistas – entrevistas com comunicadores populares sobre seus trabalhos como tais; 4. Relatos de comunicação dialógica – descrições de experiências vivenciadas no universo da comunicação dialógica; Os números do periódico serão de tema livre, dentro da proposta geral da revista. Eventualmente, poderão ser propostos dossiês temáticos. O envio dos artigos para submissão será em fluxo contínuo. As contribuições devem ser originais e inéditas, não estando em processos de avaliação para publicação por outra revista. A avaliação é no modo por pares cega. A Revista está finalizando seu cadastramento junto à plataforma OJS, Uma vez recebido o texto, este passará pelo seguinte processo: 1) Verificação da adequação dos artigos ao periódico, 2) Definição dos pareceristas 3) Encaminhamento dos arquivos aos pareceristas 4) Gerenciamento das respostas dos pareceristas até a aprovação ou rejeição do texto Uma vez aprovado: 5) O artigo será encaminhado para revisão A cada 6 meses o editor: 6) Reunirá os artigos aprovados em ordem de chegada 7) Enviará proposta de edição de cada número Uma vez aprovada essa proposta 8) Diagramação 9) Publicação Conforme exposto acima, a Comissão Editorial avaliará a proposta de edição de cada número. Caberá ao Conselho Editorial zelar pela política editorial da Revista. Vale ressaltar que o Conselho Editorial da RCD conta com os principais nomes da pesquisa em comunicação comunitária a nível internacional. Temos representantes das Américas do Sul e do Norte, de alguns países da Europa e da Oceania.

### **4 Desenvolvimento**

O processo de desenvolvimento da Revista de Comunicação Dialógica se deu de maneira bastante favorável. Criar um periódico que tratasse

especificamente do universo da comunicação dialógica já era um projeto antigo do Laboratório, no entanto, o desenvolvimento de uma multiplicidade de outros projetos fez com que este esperasse mais um pouco. Diante do interrompimento de um desses outros projetos, houve tempo e disponibilidade para desenvolver a revista. Este novo projeto foi desenvolvido em parceria com a Eduerj. Foram necessárias várias consultas a professores renomados e outros laboratórios que trabalhavam com revistas acadêmicas para saber quais os passos necessários. Havia a possibilidade de usar outras plataformas que não a da EdUerj, que utiliza o sistema OJS. Juntamente com o coordenador do projeto, optamos por desenvolver a revista na referida plataforma, o que nos exigiu bastante esforço e afinco.

A partir da parceria firmada, fizemos diversas reuniões com a editora responsável da EdUerj para alinhar o modo de trabalho e aprender os princípios básicos do sistema. Foi preciso escrever o projeto, definir diretrizes e aguardar a aprovação da Faculdade da Comunicação Social e posteriormente da Editora da Uerj. Após um longo período de espera, típico da burocracia acadêmica, finalmente a revista foi aprovada e os trabalhos se intensificaram. Os encontros na EdUerj continuaram e pouco a pouco descobríamos como trabalhar com o OJS. Por muitas vezes encontramos dificuldades no aprendizado de domínio desse sistema. O fato de só conseguir sanar algumas dúvidas pessoalmente com a responsável pela plataforma acarretou na demora de algumas etapas. Era complicado tratar com a Eduerj porque nem sempre havia disponibilidade de horário devido a grande demanda de serviços e das revistas que eles hospedam.

Finalmente abrimos chamada para recebimento de artigos e o primeiro deles foi enviado em dezembro. A maior parte dos outros foi em março, e aí novas dificuldades surgiram. Todos os avaliadores pediam revisão, então era necessário trabalhar bastante fazendo o diálogo entre autor e avaliador, o que torna o processo demasiadamente extenso. A rotina intensa dos avaliadores ou autores também é um fator determinante para a demora na conclusão dessa etapa. Daí a necessidade de um exercício rigoroso de secretariado e cobrança para alcançar os prazos e garantir o sucesso do periódico. Ao final o prazo, o resultado foi bastante satisfatório, com artigos de autores altamente qualificados. A Revista encontra-se na fase final para o lançamento de seu primeiro número, que acontecerá no primeiro semestre de 2019.

## 5 Conclusão

Torna-se evidente, portanto, a importância de um projeto como o da Revista de Comunicação Dialógica. O projeto tem como público-alvo estudantes e pesquisadores – buscando estimular a produção e o conhecimento científico na área, que possui significativo papel social – da temática da comunicação dialógica, abrangendo todo o universo da comunicação independente, também chamada de comunitária, popular, contra-hegemônica, alternativa e midiativismo. A necessidade do projeto se dá justamente devido ao papel da comunicação dialógica e sua ação na promoção da democracia. A Revista irá tratar da importância da mídia que age em prol da comunidade, estimulando o debate sobre áreas que são cruciais para o seu funcionamento. Dessa forma, evidencia-se a importância de tal projeto no desenvolvimento do agir dos direitos humanos, ao dialogar com diversas áreas de conhecimento das ciências sociais e contribuir para uma amplitude científica do assunto, reiterando assim, a relevância de tal debate para a sociedade contemporânea.

### Referências Bibliográficas:

- CHAUI, Marilena (1980). Democracia e cultura – o discurso competente e outras falas. Ed. Moderna, São Paulo.
- MARTIN-BARBERO, Jesús (2008). Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- MACEDO, Marcelo Ernandez; Garcia, Juliana. Distribuição de jornais comunitários, interação e participação na comunicação contemporânea. Revista Alceu, enviado para publicação, 2018
- MACEDO, Marcelo Ernandez; SEIDEL, Arhur F. & SILVA, Jenifer S. Métodos Participativos – etnografia de um processo de pesquisa. Revista Animus, aceito para publicação, 2017.
- MACEDO, Marcelo Ernandez; Flávio da Rocha Pires & Cardoso, Alessandra. A formação de grupos de midiativismo no Rio de Janeiro. Revista Alceu, vol. 18, nº 35, pp.94-113, jul-dez, 2017.

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication

Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## **#MarolinhaM30 e a agressividade cômica na narrativa política das mídias sociais**

### **#MarolinhaM30 and the comic aggression in the political narrative of social media**

Mariana Carvalho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)<sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisa busca analisar o discurso de ódio mascarado pelo humor nas redes sociais, através de discursos irônicos e debochados que tem como objetivo humilhar grupos sociais, figuras públicas ou instituições. Para tanto, neste artigo analisa-se o conteúdo de tweets com a #Marolinha30M, no dia 30 de maio de 2019. A hashtag foi utilizada a derisão como ferramenta de desqualificação as manifestações contra o corte de verbas para a Educação promovido pelo Governo Federal. Através da análise de frequência de palavras e dos dez tweets mais retweetados, busca-se compreender a deslegitimação da manifestação através do humor e as marcas agressivas desse tipo de comicidade.

**Palavras-chave:** Comunicação Política, Discurso de Ódio, Humor, Mídias Sociais.

**Abstract:** The research seeks to analyze hate speech masked by humor in social networks, through ironic and debauched speech that aims to humiliate social groups, public

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestra pela mesma instituição. Bolsista CAPES. E-mail: mcarvalhomariana@gmail.com.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication

Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

figures or institutions. For this purpose, this article analyzes the content of tweets with #Marolinha30M, on May 30, 2019. The hashtag has used derision as a tool to disqualify the manifestations against the cut of funds for Education promoted by the Federal Government. Through the frequency analysis of words and the ten most retweeted tweets, one seeks to understand the delegitimation of manifestation through humor and the aggressive marks of this type of comedy.

**Keywords:** Communication, Politics, Hate Speech, Humor, Social Media.

## 1. Introdução

No dia 30 de maio de 2019, enquanto professores e estudantes participavam da segunda manifestação contra os cortes na Educação promovidos pelo governo Jair Bolsonaro, duas *hashtags* disputavam os *trending topics* do Twitter no Brasil: #30MPelaEducação e #Marolinha30M. Em direto diálogo e oposição, as duas *hashtags* envolveram os usuários em uma disputa de sentidos nas mídias sociais, sobre o que estavam acontecendo nas ruas naquele momento. Neste artigo analisa-se o conteúdo de tweets com a #Marolinha30M, no dia 30 de maio de 2019, como forma de compreender como essa disputa de sentidos utiliza o humor e agressividade na deslegitimação de ações políticas.

Conforme é possível observar no conteúdo dos tweets, os usuários utilizaram a #Marolinha30M para apontarem o fracasso da manifestação, comparando especialmente com o número de atos pró-governo que aconteceram no dia 26 de maio de 2019 de forma debochada e satírica. Por meio desse diálogo direto com a manifestação que acontecia no dia, e o uso de “marolinha” como referência direta ao “tsunami” prometido pelos manifestantes contra o governo, percebe-se através da análise da frequência de palavras associadas como o humor é utilizado nas mídias sociais como forma de deslegitimação, humilhação e até como disseminador de ódio, fenômeno este que é facilitado pela conversação instantânea que acontece nessas mídias.

---

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## 2. Justificativa e abordagem teórica

Pesquisadores de comunicação política no Brasil abordam o uso da ironia e do deboche na narrativa política das mídias sociais sob diferentes perspectivas. Carreiro e Gomes (2017) fazem um debate a respeito da discussão política nas redes sociais partindo do conceito de discussão política e seu papel fundamental na construção da narrativa política. Também neste sentido, Sarmiento e Chagas (2017) utilizam o estudo do meme “Bela, Recatada e do Bar” para demonstrarem como as redes sociais utilizam ironias e sátiras na construção de uma crítica política. No entanto, a dimensão odiosa do discurso humorístico nas redes sociais não é abordada nestas pesquisas.

Este artigo sugere uma abordagem que reúna essas duas perspectivas: o uso do humor como ferramenta de crítica política nas mídias sociais e a dimensão odiosa desse humor. Assim, pretende-se contribuir para uma discussão mais profunda sobre o uso das mídias como disseminadoras de discursos odiosos e a máscara humorística que cobre parte destes discursos, através do uso de ironias e deboches, que promovem o engajamento nestas mídias sociais.

De acordo com Minois (2003), o riso dá conta de uma série de emoções distintas, desde das mais amorosas até as mais agressivas. No entanto, para o autor há uma dimensão fortemente agressiva no riso, já que ele depende de lógicas de inclusão e exclusão e trata necessariamente de um embate de vozes. De acordo com autor, a derrisão – que seria um riso debochado, de escárnio – existem desde a antiguidade, quando imperadores romanos eram alvo de deboche pelo povo ou por seus adversários políticos.

Bahktin (1987) também aponta a dimensão satírica do riso na Idade Média com forma de reorganizar a ordem, o poder e a autoridade. O riso burlesco ou satírico busca satisfação no rebaixamento das coisas elevadas. Na Idade Média, as “coisas elevadas” estavam ligadas a Igreja Católica e a religiosidade, ao que era santo e sacro e, portanto, não poderia ser motivo de riso (BAHKTIN,1897). Dessa forma, além da tradicional

---

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication

Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

interpretação do riso como divertimento, podemos interpretar o riso como forma de expressar o ressentimento com o outro que, para nós, é responsável por nosso sofrimento.

### 3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Compreendendo a necessidade de uma análise crítica das redes sociais e seus processos discursivos, combina-se metodologias quantitativas e qualitativas para a análise das postagens nas mídias sociais. Para este artigo, foram coletadas 7.823 tweets no dia 30 de maio de 2019, com a #Marolinha30M por meio do software livre RStudios. Após a coleta e sistematização dos dados, foi gerada uma nuvem de palavras com os termos mais frequentes presentes no conteúdo dos tweets. Qualitativamente, foram analisadas as 10 postagens com maior número de retweets, permitindo a contextualização dos termos mais frequentes.

### 4. Desenvolvimento

Através da nuvem de palavras abaixo, observa-se os termos mais frequentes utilizados pelos usuários associados a #Marolinha30M. Na hashtag escolhida observa-se com clareza a derrisão e a lógica de exclusão e inclusão presente no riso, que dá lugar a agressividade (MINOIS, 2003). Em uma análise inicial dos termos associados, nota-se que, além de termos descritivos, como “educação”, “manifestação”, “professores”, “Brasil” e outros, os usuários tentam deslegitimar a manifestação através de três narrativas: a primeira apontando o fracasso da manifestação, já anunciado na #Marolinha30M, através dos termos “fracasso”, “fiasco” e “vergonha”; a segunda apontando o caráter partidário do ato, relacionando a manifestação ao Partido dos Trabalhadores e ao movimento Lula Livre, através “mst”, “cut”, “lula”, “livre”, “pt” e “esquerda”; e a terceira criminalizando e atacando os manifestantes, observado nos termos “maconha”, “vagabundos” e “idiotas”.



# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication

Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## 5. Conclusões

Conforme observado nesta breve análise, o humor e a agressividade caminham juntos na narrativa política das mídias sociais. É frequente observarmos casos como a #Marolinha30M e outras formas de derrisão com uma dimensão ainda mais agressiva. Apesar da máscara humorística, através da análise da nuvem de palavras e dos tweets, observamos que os usuários não tem a intenção de provocar riso ou humor, mas sim de desqualificar, humilhar e atacar os manifestantes. Esta análise nos permite compreender com mais clareza os argumentos principais utilizados pelos usuários de diversos grupos políticos na disputa pela narrativa política coletiva, no entanto, ainda não fornece possibilidades de análises mais amplas, que ajudem a compreender essa dinâmica nas mídias sociais.

## 6. Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo e Brasília: Hucitec e UnB, 1987.

CARREIRO, Rodrigo, e Wilson GOMES. “Discussão política online no Brasil: Ocorrência e manutenção da discordância política no Facebook.” **Anais do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, Rio Grande do Sul, 2017.

MINOIS, George. **História do Riso e do Escárnio**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SARMENTO, Rayza, e Viktor CHAGAS. Bela, Recatada e do Bar: memes de internet, política e gênero. **Anais do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, Rio Grande do Sul, 2017.

MOURÃO, Raquel. **From Mass to Elite Protests: News Coverage and the Evolution of Anti-Government Demonstrations in Brazil**. Mass Communication and Society, 2018.

\* Projeto financiado através de bolsa-auxílio concedida pela CAPES.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## Mulheres unidas contra Bolsonaro - reflexões teóricas sobre a participação civil feminina na eleição presidencial de 2018

### Women united against Bolsonaro - theoretical reflections on female civil participation in the 2018 presidential election

Raquel Lobão – Universidade Católica de Petrópolis e UERJ<sup>1</sup>

**Resumo:** É possível afirmar que uma das mais fortes manifestações contra o retrocesso civilizacional representado pela candidatura de Jair Bolsonaro como o presidente não veio de seus adversários políticos, mas sim do grupo Mulheres Unidas contra Bolsonaro dinamizado no Facebook. Em menos de uma semana após sua criação, o grupo chegou a contar com mais de 2 milhões de pessoas. Considerando tal contexto, surge a dúvida se a voz feminina é realmente parte de um discurso empoderador e orientado para a conscientização de iniciativas democráticas? Essa questão leva ao objetivo principal desta pesquisa: identificar os papéis desempenhados pelas participantes do grupo supracitado em termos de participação política. Considerando os recentes acontecimentos político-sociais e o fortalecimento de discursos antidemocráticos nas redes sociais, justifica-se a relevância das reflexões aqui apresentadas. Metodologicamente, adotou-se a netnografia (Kozinets, 2010) como técnica para coleta de dados, seguida de uma pesquisa de cunho exploratório-descritivo. Com base nas propostas teóricas de Putnam (1993); Baldassari (2007); Rentschler (2014); Dahl (2015); França *et al.* (2015), três possíveis categorias de análise são propostas: atitude, norma subjetiva e controle comportamental percebido. Os resultados iniciais indicam que a partir desta categorização torna-se possível refletir e identificar o papel desempenhado pelas participantes do movimento.

**Palavras-chave:** democracia; discurso; ciberativismo; eleições.

---

<sup>1</sup>Doutora em Ciências da Comunicação (Universidade do Minho/UNB), professora adjunta na Universidade Católica de Petrópolis e professora substituta na UERJ, jornalista, pesquisa formas de comunicação participativa e consumo do entretenimento. E-mail: raquel.evangelista@ucp.br

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

**Abstract:** It is possible to affirm that one of the strongest manifestations against the civilizational setbacks represented by the candidacy of Jair Bolsonaro as president did not come from his political opponents. It came from the group Women United against Bolsonaro in Facebook. In less than one week after its creation, the group reached more than 2 million people. Considering that context, the question arises whether the female voice is really part of an empowering discourse and oriented towards the awareness of democratic initiatives? This question leads to the main objective of this research: to identify the roles played by the participants of the aforementioned group in terms of political participation. Considering the recent political-social events and the strengthening of antidemocratic discourses in social networks, the relevance of the reflections presented in here is justified. Methodologically, netnography techniques (Kozinets, 2010) were adopted for data collection and analysis, followed by an exploratory-descriptive research. Based on the theoretical proposals of Putnam (1993); Baldassari (2007); Rentschler (2014); Dahl (2015); França *et al.* (2015), three possible categories of analysis are proposed: attitude, subjective norm and perceived behavioral control. The initial results indicate that from this categorization it becomes possible to reflect and identify the role played by the movement's participant.

**Keywords:** democracy; speech; cyberbullying; elections.

## 1. Introdução

A discussão sobre a participação feminista na política em geral e no contexto historicamente definido da política brasileira, em particular, precisa enfrentar um conjunto de questões que vai muito além da discussão do feminismo em si. Embora as mulheres brasileiras tenham alcançado conquistas nas duas últimas décadas, nenhum desses ganhos parece ter sido suficientemente forte para ampliar as fundações do movimento ou facilitar a incorporação de questões levantadas pelo feminismo na agenda política.

É possível afirmar que uma das mais fortes manifestações contra o retrocesso civilizacional representado pela candidatura de Jair Bolsonaro como o presidente não veio de seus adversários políticos e sim do grupo Mulheres contra Bolsonaro dinamizado no Facebook. Em menos de uma semana após sua criação, no dia 11/09/2018, o grupo chegou a contar com mais de 2 milhões de pessoas e mais de 900 mil pessoas em espera do aceite como membro. Apenas três dias após sua ativação, o grupo sofreu um ataque cibernético que não apenas mudou o nome para Mulheres COM Bolsonaro, mas

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

também gerou ameaças abertas às administradoras do grupo (forte caráter de intimidação), inclusive com a exposição de dados pessoais.

Considerando esse contexto, questiona-se: a voz feminina é realmente parte de um discurso empoderador e orientado para a conscientização de iniciativas democráticas? Seria possível categorizar as postagens realizadas, de forma que se possa analisar as interações sociais? Essas questões conduzem ao objetivo principal deste trabalho: identificar os papéis desempenhados pelas participantes do grupo supracitado em termos de participação política.

## **2. Justificativa e abordagem teórica**

Não se pode negar que outras mobilizações expressivas contra um candidato em eleições já foram realizadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, movimentos especificamente de mulheres contra Donald Trump tomaram a cena em março de 2018. Todavia, não alcançaram um resultado numericamente expressivo. Defende-se aqui a ideia de que nas eleições brasileiras anteriores (2014, 2010), em que determinados candidatos foram reconhecidos como de extrema direita pela opinião pública, a proclamação do voto foi mais ocultada. Isto significa que, naquela altura, os eleitores se continham na expressão pública de suas escolhas. Tal forma de agir e interagir, no entanto, não se manteve na última eleição presidencial brasileira (2018). Vivenciou-se uma eleição despudorada e fortemente marcada por uma polarização ideológica.

Os lugares de fala<sup>2</sup> e discursos relacionados aos candidatos foram extremamente abertos e compartilhados. “Nunca antes o brasileiro falou tanto sobre política. Até as últimas eleições o voto era secreto”. Este comentário popular caracteriza de fato a mudança no fenômeno social aqui analisado e que tem nas redes sociais um ponto de origem para reflexão. O papel das redes sociais como um instrumento de fala e como palco para compartilhamento de ideias contribuiu em grande parte para a abertura discursiva e contraposição de opiniões que, em uma última instância, foi organizada e

---

<sup>2</sup>Aqui entendido como um mecanismo que surge como contraponto ao silenciamento da voz de minorias sociais por grupos privilegiados em espaços de debate público.

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

divulgada sob a forma de páginas e grupos, nomeadamente, no Facebook. Estas iniciativas, passíveis de serem encontradas em versões “mais à esquerda” ou “mais à direita”, trouxeram a tona reflexões essenciais para o exercício pleno dos direitos humanos e para a manutenção de um sistema democrático.

É preciso observar que o declínio da participação política tradicional nas democracias liberais é um fenômeno sobre o qual há fortes evidências empíricas, como os altos níveis de abstenção nas urnas e a falta de engajamento nos trabalhos de comitês eleitorais e agremiações partidárias (NORRIS, 2002; PUTNAM, 2015). Nessa conjuntura, as alterações processadas nos sistemas tradicionais de comunicação, com o surgimento das redes sociais, são vistas como capazes de promover novas formas de mobilização e engajamento cívico. Talvez, o exemplo mais recente seja as eleições para o Parlamento Europeu<sup>3</sup>, quando diversos partidos usaram plataformas digitais como principal meio de sensibilização para o voto. O resultado foi o índice de 51% de participação dos eleitores em todo o continente (a mais alta nos últimos 20 anos), com grupos de extrema direita e eurocéticos, que triunfaram na Itália e na França, tornando-se o destaque. Levando em conta os recentes acontecimentos político-sociais e o fortalecimento de discursos anti democráticos nas redes sociais, justifica-se então a relevância dos questionamento aqui apresentados.

### **3. Métodos e instrumentos de pesquisa**

Do ponto de vista de sua natureza ou finalidade, esta é uma pesquisa pura, pois “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e conseqüências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser formalizado, com vistas na construção de teorias e leis” (Gil, 2006, p. 42). Em relação aos objetivos inicialmente traçados, ela é considerada exploratória-descritiva. Entende-se aqui que como prática metodológica, a pesquisa exploratória implica uma aproximação ao fenômeno concreto a ser investigado com o intuito de perceber seus contornos,

---

<sup>3</sup> Iniciada em 23/05/2019 e com o objetivo de escolher 751 membros para o parlamento da UE.

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

nuances, singularidades em um verdadeiro processo de tateamento. Tal pensamento é reforçado por Bonin (2012, p.4), ao propor que “(...) tatear, explorar, não significa sair à deriva. Uma problemática em germinação, movida por um problema, mesmo em estágio inicial de construção, linhas teóricas primeiras que delineiam possibilidades de compreensão do que se deseja investigar são coordenadas básicas para o desenho desta exploração do campo empírico”. A fase de exploração foi essencial, pois todo o percurso acadêmico já realizado pela autora concentrou-se na comunicação participativa no contexto organizacional. Nunca antes, as relações entre comunicação participativa, feminismo e política foram trabalhadas empiricamente. Desta forma, tornar estes assuntos familiares foi pré requisito para dar sequência à pesquisa.

Em seguida, o foco direcionou-se para a descrição dos fenômenos sociais que constituem-se como objeto de estudo. Neste momento, o objetivo foi identificar correlação entre variáveis e focar na análise dos fatos, descrevendo-os, classificando-os e interpretando-os. Trata-se, portanto, de uma análise aprofundada da realidade pesquisada (RUDIO, 1985). Os fundamentos teóricos da pesquisa descritiva foram construídos depois da análise de dados empíricos, sendo aprimorados *a posteriori*.

Para a coleta de dados que permitem a descrição das interações na página do Facebook, a netnografia foi o método escolhido. Fazemos uso da definição de Kozinets (2002) ao dizer que se trata de “uma nova metodologia de pesquisa qualitativa que adapta técnicas da pesquisa etnográfica para o estudo de culturas e comunidades emergindo através das comunicações mediadas por computador” (KOZINETS, 2002, p. 2). Autores brasileiros que também se debruçaram sobre as características desse método como Polivanov (2013); Rocha e Montardo (2005) e Sá (2012), em graus distintos, confirmam a proposta de Kozinets (2010) e Bowler (2010). Estes recomendam as seguintes etapas metodológicas e procedimentos para estudos netnográficos: 1) entrada - formulação de questões de pesquisa e identificação de comunidade online apropriada para um estudo; 2) coleta de dados; 3) análise - classificação, análise de codificação e contextualização de atos comunicativos. Estes foram os passos dados

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

nesta pesquisa, sendo que em sua terceira fase é significativamente baseada nas propostas teóricas de Putnam (1993); Baldassari (2007); Timóteo (2013); Rentschler (2014); Dahl (2015); França *et al.* (2015). A partir da coleta e análise de 160 postagens realizadas entre 12/09/2018 e 07/10/2018, três categorias de análise foram estabelecidas: atitude, norma subjetiva e controle comportamental percebido.

## **4. Desenvolvimento**

### **4.1 Comunicação Política e as redes sociais**

A comunicação política realizada com a mediação das redes sociais para uma educação política do sujeito é uma prática que depende de interações assistemáticas no percurso cotidiano da sociedade civil. As ancoragens teóricas e interdependentes da política, da comunicação e das redes sociais encontraram pontos convergentes que podem auxiliar na compreensão do uso das redes no contexto da comunicação política, de forma que as ações dos cidadãos sejam mais coerentes com os princípios de democracia participativa, representativa e deliberativa. Para Souza (2010), a democracia no Brasil deve, então, ser compreendida como um conjunto de mecanismos de participação, baseado no mix entre as perspectivas de participação, deliberação e representação, havendo variações nas formas e nos pesos da dimensão de cada realidade apresentada, conforme o contexto local analisado.

As redes sociais constituem espaços democráticos. Não apenas criam laços, mas constroem um pensamento coletivo, e vão sendo desenhadas de acordo com os interesses comuns de grupos como de estudo, trabalho, amizades, relacionamentos afetivos. O uso de redes sociais interativas no Brasil continua expressivo e os movimentos sociais organizados por mulheres têm se apoderado deste espaço, vendo-o como uma oportunidade de terem seu lugar de fala na sociedade.

As novas formas de movimentos sociais construídos, incluindo-se a iniciativa Mulheres contra Bolsonaro, instauram também um novo processo de construção de uma

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

comunicação política que emerge das demandas da população, fazendo um caminho inverso na comunicação política, institucionalizada até então.

A análise das postagens indica que a lógica de funcionamento comunicacional do movimento incidiu sobre um ponto crucial de crise. Os interesses comuns das mulheres foram compartilhados e legitimaram um grupo minoritário para defesa do bem-estar social. As participantes usaram estratégias de comunicação para veicular a informação e mobilizar o grupo, em uma tentativa de transformação acelerada da opinião pública às vésperas da eleição.

## 4.2 Comportamento e a voz feminina sobre política em redes sociais

A complexidade para se compreender o comportamento humano nas redes sociais pode decorrer das interações como um todo, incluindo os aspectos mental e social, e de seu dinamismo e flexibilidade em produzir respostas frente às condições ambientais oferecidas pela rede, em nosso caso, a página no Facebook.

Para dar prosseguimento à pesquisa, faz-se necessário esclarecer os conceitos aqui adotados como base de análise realizada. As *atitudes* surgem a partir das experiências vividas que influenciam as decisões atuais dos participantes na página, resultam em um posicionamento. Já as *normas subjetivas* referem-se às comparações que são feitas com pessoas próximas, as quais podem influenciar a forma de pensar de quem está ao seu redor, e que tem como fim o alcance de um padrão de comportamento aceitável e moral. Por fim, o *controle comportamental percebido* liga-se às competências individuais que facilitam ou impedem o desempenho do comportamento na rede como, por exemplo, a facilidade de identificar uma postagem *fake* ou um perfil robotizado.

Antes de relacionar o lugar de fala feminino com redes sociais e política, é fundamental esclarecer o que se entende por empoderamento feminino. A expressão foi bem caracterizada por Seabra (2017) ao dizer que envolve

“uma reconstrução, uma reconquista, a superação de padrões e, acima de tudo, a tomada de consciência com relação à história da mulher na sociedade, às regras impostas e que nunca auxiliaram em seu crescimento, mas que agora podem e devem ser modificadas para se adequarem ao novo pensamento do século XXI.” (Seabra, 2017, p. 64).

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## 5. Conclusões

Em sua conclusão, esta pesquisa permite três inferências. A primeira delas está ligada ao hackeamento da página Mulheres Contra Bolsonaro. Tal ação alerta para a necessidade urgente de uma discussão de políticas públicas sobre cibersegurança, que deve incluir a proteção da sociedade civil e tentar diminuir a vulnerabilidade a que o ativismo em pautas relacionadas ao direito das mulheres encontra.

A segunda dedução é que de fato a página contribui para uma (re)significação do papel da mulher, no que diz respeito à desconstrução de valores patriarcais e sua liberdade de expressão em assuntos ligados à política. A velocidade de adesão à iniciativa, a alta taxa de postagens e demais métricas de interação são indicadores da não só da urgência por um debate ampliado, mas também reconhecimento de uma identidade feminina consciente de seu potencial e capacidade de intervenção.

Finalmente, a terceira inferência diz respeito à questão de pesquisa proposta: os papéis desempenhados pelas mulheres no contexto pré-eleitoral via Facebook. Foi possível observar a construção de uma análise crítica às imagens, textos e vídeos que a mídia tradicional noticiava, a troca de dados estatísticos e diversas tentativas de mudanças de atitudes. Pode-se afirmar que um dos principais papéis desempenhados foi o de “negociação”. As participantes com maior controle comportamental percebido agiam como líderes e, em 78% dos casos analisados, foram a referência nos processos de comparação (normas subjetivas). Em pouco mais de metade (59%) das postagens analisadas é possível notar que as participantes intencionalmente procuraram a página e a fim de obterem mais informações e confirmarem sua opinião sobre Bolsonaro, o que caracteriza um outro papel: o de confirmação. Por fim, outra função desempenhada pelas participantes foi o de sensibilização, notável especialmente nas postagens em que mulheres menos engajadas demonstravam descrença em relação a própria página.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## 6. Referências bibliográficas

BONIN J. A. Nos Bastidores da Pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. In: Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOZINETS, Robert. The Field Behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities, 2002.

NORRIS, P. Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism. Cambridge University Press, 2002.

PUTNAM, Linda. Revisiting “Organizations as Discursive Constructions”: 10 Years Later. Communication Theory, Volume 25, Issue 4, November 2015, disponível em [//doi.org/10.1111/comt.12074](https://doi.org/10.1111/comt.12074), último acesso em 02/06/2019.

ROCHA, Paula; MONTARDO, Sandra. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. E-Compós, dez. 2005.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985

SEABRA, Ana Caroline. Feminismo e Redes Sociais: um estudo sobre empoderamento pela internet. In INTERFACIS, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2017.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. Seminário o Feminismo, os estudos culturais e outros campos da crítica. 2014, USP. Disponível em: <https://cbd0282.files.wordpress.com/2014/05/feminismonobrasil.pdf>, último acesso em 02/06/2019.

SOUSA, M. Wilton de (org): Recepção mediática e espaço público: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA  
E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS**

JORNADA DE ESTUDANTES DE  
PÓS-GRADUAÇÃO



# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## A ética do fazer científico: contribuições da epistemologia marxista para o estudo científico

Bruna Távora – Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho investiga as referências cruzadas (SCHNEIDER, 2015) entre a epistemologia marxista/marxiana e o campo da ética em informação, com ênfase na ciência. Assim, como contribuição ao campo, apresentamos alguns dos argumentos do pensamento marxista e marxiano que possibilitam enriquecer as contribuições da ética na ciência. Nesse sentido, reunimos elementos da epistemologia marxiana e marxista expresso nos seguintes trabalhos: MARX E ENGELS (2014), GRAMSCI (2011) e BAHKTIN (2011). Estes autores foram escolhidos em razão da existência de dois dos pressupostos científicos que os orientam: a) negação da neutralidade axiológica e o b) método dialético, entre teoria e prática expresso no conceito de práxis.

**Palavras-chave:** Marxismo; Epistemologia; Ética; Práxis

### **Abstract:**

This work investigates the cross references (Schneider, 2015) between Marxist / Marxian epistemology and the field of information ethics, with emphasis on science. Thus, as a contribution to the field, we present some of the arguments of Marxist and Marxian thought that make it possible to enrich the contributions of ethics in science. In this sense, we gather elements of Marxist and Marxist epistemology expressed in the following works: MARX AND ENGELS (2014), GRAMSCI (2011) and BAHKTIN (2011). These authors were chosen because of the existence of two of the scientific presuppositions that guide them: a) denial of axiological neutrality and b) dialectical method, between theory and practice expressed in the concept of praxis.

**Keywords:** Marxism; Epistemology; Ethic; Praxis

## 1. Introdução

---

<sup>1</sup> Jornalista, membro do Coletivo de Comunicação do Movimento dos Pequenos Agricultores. Doutoranda em Mídia e Mediações Culturais na Escola de Comunicação da UFRJ. Tavora.bruna@gmail.com

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

Os pressupostos aqui reunidos permitem uma abordagem científica do real que busca incidir na sua transformação, possibilitando uma problematização ético-política das desigualdades e lutas sociais existentes, a partir de uma abordagem fronteiriça entre a ética, a epistemologia e a política. (SCHNEIDER, 2013; 2015; 2016).

Por este argumento, entende-se que o campo científico pode ser enriquecido por esses procedimentos, uma vez que, a partir deles, torna-se possível constituir pressupostos éticos que se distanciam tanto dos códigos universais de ética, quanto das pluralismos e particularidades culturais, afirmando o sentido de práxis da ciência.

## **2. Justificativa e abordagem teórica**

No pensamento marxiano, a ética está no centro da análise. Isto porque trata-se de uma forma de observação científica do real que expressa as contradições do mundo capitalista, possibilitando uma crítica radical à reficiação humana (SCHNEIDER, 2015). Trata-se de uma “ciência-ação” com objetivo de transformar a sociedade, ou seja, uma práxis, ciência que é, ao mesmo tempo, elaboração científica do real e ação para transformá-lo (GRAMSCI, 2011).

A práxis é uma concepção da teoria que pressupõe a relação dialética entre a ciência e a prática, em detrimento da teoria pura (GRAMSCI, 2011). Isto, com objetivo de construir uma orientação ético-epistemológica que oriente a vida prática rumo à possibilidade de mudança social. Afinal, é no terreno da consciência que se pode elaborar racionalmente a compreensão acerca da realidade e, portanto, constuir a sua transformação.

Em trabalho de Artur Sampaio e Celso Frederico (apud SCHNEIDER (2013)), os autores explicam que a categoria da práxis permite uma mediação material ativa da realidade que possibilita conhecer o mundo, auxiliando a transformá-lo. Através dela, pode-se apreender uma concepção de ciência que seja eticamente motivada.

Entendemos por “mediação material ativa” um modo privilegiado e fecundo de conhecer o real, para além da mera contemplação e da busca do que é, pois articula esta busca à exploração de nossa potência intelectual e prática de transformar o real segundo nossos projetos (SCHNEIDER, 2013, p. 72).

## **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

Essa elaboração racional se constitui a partir de categorias que mediam a forma das relações sociais. Categorias são “formas de pensamento socialmente válidas, portanto objetivas, ajustadas às relações desse modo de produção historicamente definido” (MARX E ENGELS, 2014, p. 98). Trata-se de como a realidade é objetivada pelo pensamento, configurando uma mediação entre o homem e o mundo, tendo, portanto consequências nas formas de ação e intervenção.

Isso também nos afirma Gramsci (2011) quando define sua concepção da ciência: a atividade experimental do cientista, é o primeiro modelo de mediação dialética entre o homem e a natureza, é a célula histórica elementar pela qual o homem, pondo-se em relação com a natureza através da tecnologia, a conhece e a domina. [...] A experiência científica é a primeira célula do novo método de produção, da nova forma de união ativa entre o homem e a natureza. O cientista experimentador é um operário, não um puro pensador (GRAMSCI, 2011, p. 199).

O argumento do autor permite situar a centralidade do cientista no processo de conhecimento da realidade, enfatizando seu papel ético-responsivo na relação de transformação do real. Para SCHNEIDER (2015), negar esse fato, corresponde a negar o papel do sujeito na história, e portanto, de sua humanidade, encobrindo o poder que possui de atuar deliberadamente na modificação da forma e dos objetivos do trabalho social existente. Pressupondo, portanto, uma objetificação do sujeito. Na concepção marxiana, o resultado disso são formulações nebulosas e mistificadoras que justificam as contradições sociais, apresentando-as como eternas (MARX E ENGELS, 2014).

Em essência, isto corresponde ao mecanismo de objetificação do sujeito cognoscente, posto que separa o fator histórico da vida comum, excluindo a relação do homem com a sociedade analisada (BAHKTIN, 2011). Avançando nessa discussão, observa-se que a negação do sujeito reflete-se na afirmação da neutralidade axiológica como valor ético do campo científico.

Negando esse aspecto, Marx e Engels (2014) afirmam que sua filosofia pretende “refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente” (p. 96) para pontuar seu caráter histórico e dinâmico, intervindo em sua transformação. Sua mais bem acabada expressão encontra-se na tese 11 sobre Feuerbach: “Os filósofos têm apenas interpretado

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX e ENGELS, 2014, p. 535).

Aspecto também afirmado por Bahktin (2011), que entende que a neutralidade axiológica nas ciências humanas, reifica tanto o sujeito pesquisador quanto o sujeito pesquisado, pois aborda-os desde uma perspectiva da objetificação, posto que oculta a influência do componente humano nos fatos sintetizados. Afinal, “o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa, porque como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar mudo” (BAHKTIN, p. 404, 2011) .

### **3. Métodos e instrumentos de pesquisa**

Este trabalho adota a metodologia da revisão bibliográfica, combinada com reflexões oriundas da experiência do fazer científico. Adolfo Sanchez Vázquez (2011), também autor do campo marxista, destaca que a elaboração racional, expressa em um conjunto de formulações, possibilita que determinados grupos sociais tomem consciência do próprio ser social, da própria força e das tarefas históricas do seu desenvolvimento. Em um primeiro momento, é o ato de de lançar-se a ação e, em seguida, o momento reflexivo acerca desta ação.

De maneira esquemática, ele define que, de um lado, concentra-se a experiência do real, e do outro, a construção de novas possibilidades através da elaboração intelectual e objetiva de análise desse real. A partir disso, é possível construir conhecimentos verdadeiros, não-mistificadores e, portanto éticamente comprometidos com as assimetrias do mundo social (VAZQUEZ, 2011).

### **4. Desenvolvimento**

Gramsci (2011) também elabora um largo escopo de seu trabalho em torno da práxis. O autor acresce uma categoria importante em sua reflexão, trata-se do conceito de catarse. A catarse é um momento de formação do pensamento que corresponde à síntese dialética entre ação e reflexão. Ele particulariza sua análise afirmando que, no processo dialético que envolve teoria e prática, ocorre uma transformação qualitativa nas formas de pensamento que, por sua vez, possibilitam modificações na forma de ação e apreensão do real.

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

Esse conceito particulariza o momento quanto surgem posições eticamente comprometidas com a superação das contradições da sociedade. Nesse movimento “suscitam-se problemas de conhecimento que, além da forma “prática” de solução, encontrarão mais cedo ou mais tarde, sua forma teórica” (GRAMSCI, p. 197, 2011). Ele explica que trata-se da articulação do pensamento sistematizado com o conhecimento que emana das práticas e das experiências de exploração e de luta.

Nesse movimento, o sujeito singular - que está plasmado de uma visão de mundo económico-corporativo ou ego-pasional – modifica suas formas de percepção e observação do mundo, incorporando uma visão ético-política, que corresponde a assunção de uma posição diante das desigualdades sociais do mundo real. Assim, tornando-se um “instrumento para criar uma nova forma ético-política, com origem de novas iniciativas” (GRAMSCI, 2011, p. 192).

Nesse sentido, os pressupostos epistemológicos do marxismo: a negação da neutralidade axiológica, e o método dialético entre a teoria e a prática, expresso no conceito de práxis, e também no conceito de catarse, podem ser úteis e frutíferos ao desenvolvimento de um ethos científico (CAPURRO, 2010) que problematize e assuma posições em torno da mudança social. Nesse sentido, a Ética Intercultural em Informação, disciplina situada no campo da Ciência da Informação, também tem se apresentado como caminho para pensar e refletir sobre a temática (SCHNEIDER, 2016).

## **5. Conclusões**

No contexto informacional do capitalismo contemporâneo, os regimes de informação são a síntese das relações que envolvem poder, política e moral. Portanto, refletir sobre as possibilidades de normatização de dimensões éticas nos mais diversos âmbitos em que se processam as informações, torna-se relevante para o alcance de imperativos éticos que estejam comprometidos com a diminuição das assimetrias e desigualdades sociais.

Nesse aspecto, este trabalho apresentou alguns elementos de reflexão do campo da epistemologia e que coadunam com a hipótese de SCHNEIDER (2013; 2015; 2016) de que os pressupostos epistemológicos do marxismo produzem um instrumental teórico, prático e analítico que possibilitam enriquecer as reflexões da Ética Intercultural em

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

Informação, pois consideram o papel ético-responsivo do cientista e de suas formulações na capacidade de influenciar o real.

Nesse sentido, demonstramos que a negação do pressuposto da neutralidade axiológica, e a afirmação da práxis – que possibilita ainda a constituição de um juízo de valor ético-responsivo diante da realidade pesquisada - possibilitam dimensionar a dimensão ética da ciência. Em consequência, negamos o aspecto dogmático e objetificado que produz-se acerca do sujeito/da ciência, posto que afirmamos o campo científico como mediação relevante de apreensão do mundo, parte constitutiva do conjunto de informações que modelam o real.

## Referencias bibliográficas

BAHKTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2011

BRISOLA, Anna. SCHNEIDER, Marco. JÚNIOR, Jobson. Competência Crítica em Informação, Ética Intercultural da Informação e Cidadania Global na Era Digital: Fundamentos e Complementaridades. Anais do Encontro da Enancib, GT5, 2017

CAPURRO, Rafael. Ética intercultural de la información: fundamentos y aplicaciones. In Signo pensam. vol.28 no.55 Bogotá July/Dec. 2009

\_\_\_\_\_. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. IN: Conferência inaugural en el I Simpósio Brasileiro de Ética da Informação, João Pessoa, 18 de março de 2010

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Nélica. Regime de informação: construção de um conceito. Informação & Sociedade, v. 22, n. 3, 2012.

\_\_\_\_\_. Desafios Contemporâneos Da Ciência Da Informação: As Questões Éticas Da Informação. Anais do Encontro da Enancib, GT1, 2009

GRAMSCI, Antônio. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. Boitempo Editorial, São Paulo, 2ª edição, 2014

SÁNCHEZ V

# **Jornalismo na Era dos Testemunhos: A cobertura da operação Lava-Jato no Brasil**

## **Journalism in the Age of Testimonies: the coverage of the Lava-Jato operation in Brazil**

Cristine Gerk - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo pretende analisar as implicações nas práticas jornalísticas de um fenômeno batizado aqui de “Jornalismo na Era dos Testemunhos”, tendo como foco o tratamento midiático dado às delações da Operação Lava-Jato, que tiveram impactos profundos no país, incluindo o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef. Nos sites dos maiores veículos da mídia hegemônica nacional, “O Globo” e “Folha de São Paulo”, as matérias tinham como padrão a simples reprodução do relato “vazado” pela Justiça, sem preocupação com a contextualização da informação. Pelas redes sociais, as falas de um ou outro político alimentavam discussões polarizadas, usadas como trunfos da verdade sobre as causas da crise política e encaradas como provas para argumentos dos eixos pró ou contra o partido da presidente. No artigo, analisa-se o trato dado a estas delações em matérias publicadas nestes sites e discute-se o papel dos relatos hoje. A exposição pública é considerada um serviço para a sociedade. Não há necessidade de procedimentos especiais para autorizar relatos e o jornalista parece atuar como controlador de testemunhos alheios. Alguns autores que pesquisam este fenômeno, como Paulo Vaz, Muniz Sodré e Beatriz Sarlo, são inspirações teóricas para o estudo.

Palavras-chave: Jornalismo; Testemunho; Corrupção; Relato

Abstract: This paper intends to analyze the implications of a phenomenon called here "Journalism in the Age of Testimonies", focusing on the mediatic treatment given to the Lava-Jato statements, which had profound impacts on the country, including the impeachment of the ex-president Dilma Roussef. In the websites of the largest hegemonic media vehicles, "O Globo" and "Folha de São Paulo", the standard treatment of the materials was the simple reproduction of the speech "leaked" by Justice, without concern for the contextualization of the information. Through social networks, the speeches of one or another politician fueled polarized discussions. The speeches were used as trumps of truth, identified as causes of the political crisis, and turned into arguments of the axes for or against the president's political party. In this

paper, the treatment given to these accusations in articles published in both sites is analyzed and the role of the speeches today is also discussed. Public exposure is considered to be a service to society. There is no need for special procedures to authorize speeches and the journalists seem to act as controllers of extraneous testimony. Some authors who research this phenomenon, such as Paulo Vaz, Muniz Sodré and Beatriz Sarlo, are theoretical inspirations for this study.

Keywords: Journalism; Testimony; Corruption

## 1. Introdução

A operação Lava-Jato nasceu no Brasil com a pretensão de unir a nação na bandeira do “combate à corrupção”. A arma para ganhar estrelismo na guerra seria apenas uma: a fala. Enquanto se formava uma verdadeira indústria da delação, as engrenagens midiáticas trabalhavam a todo vapor transformando imediatamente os relatos de denunciados e delatores em produtos para consumo rápido de massa. Pelas redes sociais, as falas de um ou outro político alimentavam discussões polarizadas, usadas como trunfos da verdade sobre as causas da crise política e encaradas como provas para argumentos dos eixos pró ou contra o partido da presidente.

Este artigo pretende analisar as implicações das práticas jornalísticas de um fenômeno batizado aqui de “Jornalismo na Era dos Testemunhos”, tendo como foco o tratamento midiático dado às delações da Lava-Jato, que tiveram impactos profundos no país, em uma onda acusatória que teve como ápice o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef, ainda que em diferente contexto. Nos sites dos maiores veículos da mídia hegemônica nacional, “O Globo” e “Folha de São Paulo”, as matérias tinham como padrão a simples reprodução do relato “vazado” pela Justiça, sem haver, na maioria dos casos, preocupação com a contextualização da informação.

A Lava Jato é um conjunto de investigações conduzidas pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva. A operação começou em 17 de março de 2014, enquanto a ex-presidente Dilma Roussef ainda estava no poder. Em 2016, ela passou a enfrentar um processo de impeachment. Ao longo de todo este processo, as falas que vazavam na mídia, independentemente de contundente autorização judicial, ganhavam repercussão instantânea.

Um caso, que ocorreu já no governo de Michel Temer, vale uma análise mais prolongada, pois é bem emblemático no que tange as reflexões propostas neste artigo. Os depoimentos dos 78 delatores da construtora Odebrecht, que firmaram delação premiada com a Justiça Federal no âmbito das investigações da Lava Jato, foram liberados à imprensa no dia 11 de abril de 2017, pelo ministro Luiz Edson Fachin, relator da operação no Supremo Tribunal Federal. Com base nestas delações, o STF acolheu parte dos pedidos de abertura de investigação feitos pelo Procurador-geral da

República, Rodrigo Janot, e determinou a instauração de inquéritos para investigar ministros do Governo Michel Temer, senadores e deputados. Em 12 de abril, o então juiz federal Sérgio Moro seguiu a mesma linha do Supremo e retirou o sigilo das delações que envolviam pessoas sem foro privilegiado, de competência de julgamento de juízes de primeira instância.

Esse acordo de leniência proporcionou o maior ressarcimento da história mundial. A Odebrecht e a Braskem se declararam culpadas. A firmação do acordo resultou em diversos desdobramentos da Operação Lava Jato no mundo todo, em especial na América. Foram citados pelos delatores quatro ex-presidentes da República: Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Os detalhes desse esquema constam em vários vídeos das delações de executivos e ex-executivos da empreiteira, incluindo o do empresário Marcelo Odebrecht.

#### Métodos e instrumentos de pesquisa/ Desenvolvimento

No site do jornal “Folha de São Paulo” (maior do Brasil, junto com “O Globo”), foram encontradas, usando o mecanismo de busca, 114 matérias usando os filtros “Odebrecht” e “Lava Jato” em apenas 24 horas, entre 11 e 12 de abril, quando o sigilo foi quebrado. O número representa uma média de quase cinco matérias por hora. A busca foi feita é na seção de política do site. Deste material, 44 (quase 40%) têm como título “diz delator”, com as variantes “relata” ou “afirma”. Muitas matérias são iniciadas com o mesmo lide padrão, contando que os depoimentos foram liberados. Depois, havia a exposição de uma delação. No fim da matéria, o mesmo texto padrão resumia o contexto em todas as matérias, explicando brevemente sobre o momento da Operação Lava-Jato.

Destas 114 matérias, pelo menos 52 são baseadas apenas em uma delação, com a resposta de alguém citado na denúncia. O lide começa relatando o conteúdo da fala de alguém, muitas vezes de forma afirmativa. Por exemplo, primeiro afirma-se algo (“Fulano recebeu R\$ 400 mil de propina”) e depois é dito que a informação consta na denúncia de um delator. Outras 28 também são baseadas em delação, seguindo este mesmo modelo, porém sem resposta de ninguém citado. Há ainda oito matérias que se iniciam com as repercussões jurídicas de uma delação ou da operação, sem resposta de ninguém citado, e mais 12 com resposta. Pelo menos nove matérias são baseadas ainda em uma fala de alguém, que comenta uma delação ou a operação, como um todo. Por fim, cinco matérias apenas comentam sobre algum movimento da operação ou curiosidades, como os apelidos dos denunciados.

Entre as 114 matérias neste período, pelo menos 89 (78%) são baseadas simplesmente em falas. Estes dados são interessantes para avaliar a corrida gerada para produzir matérias, sobretudo no ambiente on-line, que se fundamentam apenas

em um relato, sem analisar passado, presente e futuro da afirmação, ou seja, sem inserir a afirmação em um texto com historicidade.

#### Justificativa e abordagem teórica

Segundo Vaz (2014), passamos hoje de um cenário em que se privilegiava a confissão – forma de discurso autobiográfico decisiva para a constituição da subjetividade desde, ao menos, o Concílio de Trento até a modernidade – para uma era de testemunhos, o novo discurso autobiográfico crucial para a produção da subjetividade contemporânea. Neste contexto, o interlocutor deixa de ser valorizado por ter autoridade e ser capaz de ajudar em um processo secreto de salvação ou cura. Ele passa a ocupar um lugar de duplo endereçamento. Quem escuta é um indivíduo qualquer, tolerante e solidário, em uma dinâmica terapêutica que pressupõe a ida ao espaço público, e não o segredo. A exposição pública é considerada um serviço para a sociedade.

De acordo com Vaz, o silêncio, quando ocorre, é provocado pelo julgamento moral da sociedade ou a imposição de um algoz. Desta forma, é valorizado como corajoso aquele que supera o medo e a vergonha e vem a público expor sua experiência. Uma cultura que concede a preeminência à forma narrativa “sem dúvida não tem mais necessidade de procedimentos especiais para autorizar seus relatos” (LYOTARD, 1986, p.41). Qualquer um está autorizado a expor fatos e visões de mundo. Não precisa ser jornalista, nem recorrer à argumentação ou à administração de provas. O testemunho valorizado é cheio de fatos bem descritos, para dar uma dimensão realista à narrativa (SARLO, 2007, p.50). É o lugar da vítima de um outro, a contrário da confissão, que seria o lugar de um agente reflexivo sobre seu próprio comportamento.

O jornalista parece atuar como uma espécie de controlador de testemunhos alheios. O testemunho veiculado na mídia atribui responsabilidade a quem vê, de lembrar e prevenir, transmite uma obrigação moral, apela para um senso de comunidade. Jean de La Bruyère (1847) definiu que “le contraire des bruits qui courent des affaires ou des personnes est souvent la vérité” . Revelar essa verdade seria o papel do jornalista clássico, a partir de sua autoridade moral. Porém, o grande número de relatos parecidos, circulando hoje na internet, rotineiramente passa a ser sinal de que algo é verdadeiro. O lugar da fofoca é revisto e resignificado. A fofoca passa a ser a notícia, é outro critério de estabelecimento da verdade, cada vez menos investigada. O antídoto para esse deslocamento no papel do jornalista testemunha, segundo a proposta de Sodré (2009), estaria na qualidade da notícia garantida pelo estatuto jornalístico, devendo a imprensa ter a capacidade de complementar as informações. Mas nem sempre esse ideal é perseguido, quando se favorece uma mera de administração de relatos nos textos jornalísticos.

#### Conclusões

O jornalista sempre trabalhou a partir de falas, relatos ou entrevistas. O que se discute atualmente são os impactos de mudanças nas práticas diárias que alteram o trato dado a essas afirmações, sobretudo para atender uma demanda de grande velocidade. Com menor ida a campo e tempo para investigações aprofundadas, o jornalista tem menos condições de tecer suas próprias impressões e comentários sobre a realidade, produzindo textos que levem mais em consideração o contexto e as relações históricas. Esta preocupação é manifestada pelos próprios jornalistas brasileiros. Pela rede, circulam testemunhos de todo tipo, compartilhados pelas redes sociais sem necessariamente importar a preocupação com a fonte e as outras versões envolvidas. Essa característica presente na experiência – de que ela mesma produz a verdade vivida – está também de maneira exponencial em vídeos e fotos mandados pelos leitores para jornais e sites. Em entrevista à autora, jornalistas da redação do jornal “Extra”, da Infoglobo, alertaram para o perigo da prática, cada vez mais frequente, segundo eles, de produzir matérias apenas a partir de um relato enviado por leitor através de redes sociais, como o WhatsApp. Há mais chances de virarem instantaneamente matérias as mensagens acompanhadas de fotos ou vídeos. É a verdade da experiência de cada um, transmutada sob a forma de imagens vistas, capturadas e partilhadas, que produz um discurso desassociado de qualquer referencial, tendo nele mesmo o sentido exacerbado do verdadeiro. É a experiência que é transportada via mecanismos comunicacionais, sendo ela isenta da dúvida, de questionamentos e investida do efeito verdade apriorístico.

Se antes o jornalista se posicionava como observador da realidade, ele hoje perde lugar para um novo autor cada vez mais legitimado pela experiência. Ou seja, quanto mais tenha vivenciado o drama ou a situação narrada, mais ele vai se parecer autêntico aos olhos do leitor-espectador. E atualmente este canal de comunicação é facilitado pelas redes sociais e smartphones, mecanismos que tornam possível e imediata a transmissão de experiências em qualquer lugar, a qualquer hora.

O passado da notícia tendia a ser oferecido como “eu, jornalista, estive lá sendo testemunha da história”. Essa lembrança também parecia induzir a um congelamento do passado, na medida em que ele é tratado como um acúmulo de acontecimentos, como se a história estivesse disponível, mas sem que ela, num movimento contrário, também fosse testemunha e agente das mudanças sofridas pelo próprio jornalismo. Não se trata, pois, de lutar por colocar o poder de engessar o passado novamente nas mãos do jornalista. Trata-se, ao contrário, de fazer um esforço para estranhar presente, passado e futuro, colocando mais perguntas, e relacionando mais elementos. O testemunho não pode ser considerado apenas um registro objetivo de uma experiência. O discurso, inclusive o jornalístico, altera a realidade, uma vez que a narrativa inventa o mundo, no sentido de recriá-lo. No caso da Operação Lava Jato, é difícil distinguir em que medida o próprio discurso jornalístico afetou o rumo dos acontecimentos que levaram à derrubada da presidente, por exemplo.

Além disso, não se pode esquecer que a possibilidade de narrar carrega ainda a potência do que não é narrável e, sendo assim, “o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta” (AGAMBEN, 2008, p.43). Nessa perspectiva, o testemunho é também uma construção de linguagem que se configura na tensão entre o que se pode dizer e aquilo que de fato é dito. O que foi deixado de fora? O que foi escolhido? É preciso interrogar-se também sobre a natureza deste não-testemunhado, do não-dito.

#### BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, G. (2008), *O que resta de Auschwitz*. Boitempo editorial, São Paulo, SP.
- DE LA BRUYÈRE, J. (1847). *Les caractères de Theophraste traduits du grec, avec Les caractères, ou, les mœurs de ce siècle*. Paris: Bookking International.
- LYOTARD, J-F. (1986). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- RICOUER, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- SARLO, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SODRÉ, M. (2009). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes.
- VAZ, P; SANTOS, A. e ANDRADE. P. H (2014). *Testemunho e Subjetividade Contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência*. Juiz de Fora: Lumina (online), v. 8, p. 1-33.
- ZELIZER, Barbie (1992). *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago: The University of Chicago Press.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## ***Reaction videos to Brazil: produção e consumo no YouTube***

### **Reaction videos to Brazil: production and consumption on YouTube**

Davi de Menezes Rebouças – Universidade Federal Fluminense<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa busca investigar as construções de sentido decorrentes de vídeos estrangeiros de reação (reaction videos) a bens culturais brasileiros e com interlocução brasileira, no YouTube. Ainda em processo exploratório, apresentam-se reflexões decorrentes de pesquisas bibliográficas e de imersão inicial nas ambiências virtuais a partir da etnografia. Pode-se observar, como resultado preliminar, a constituição de um espaço para a formação de visões estereotipadas acerca da cultura brasileira e para proliferação de discursos que desprestigiam produtos culturais advindos de espaços periféricos, ao passo que se valoriza bens tidos como eruditos.

**Palavras-chave:** YouTube; vídeos de reação; cultura brasileira; produção de sentidos.

**Abstract:** This research seeks to investigate the constructions of meaning resulting from foreign of reaction videos to Brazilian cultural goods and with Brazilian interlocution on YouTube. Still in the exploratory process, there are reflections resulting from bibliographical research and initial immersion in the virtual ambiances from the ethnography. It can be observed, as a preliminary result, the Constitution of a space for the formation of stereotyped visions about Brazilian culture and for the proliferation of discourses that dishonor cultural products from peripheral spaces, while Valued goods as scholars.

**Keywords:** YouTube Reaction videos; Brazilian culture; Production of senses.

#### **1. Introdução**

O YouTube possibilitou, nos últimos anos, o acesso a uma enorme variedade de produções audiovisuais independentes, proporcionando também um contanto mais aproximado, nos ambientes digitais, entre produtores e consumidores. Trata-se de

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguística Aplicada (UECE) e Doutorando em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Membro do Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência – EMERGE/UFF. E-mail: davi.mreboucas@gmail.com

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

dinâmicas sociais, culturais e midiáticas contemporâneas, em constante transformação, que demandam novas investigações acerca das práticas comunicacionais cotidianas dos sujeitos. Tais reflexões, por seu turno, necessitam de um olhar interdisciplinar que vise contemplar diferentes aspectos analíticos, valendo-se de abordagens (auto) crítico-reflexivas, compromissadas com mudanças sociais e que compreendam a não-separação entre sujeito, objeto e contexto, prestigiando, assim, abordagens pragmáticas de análise.

Nesse sentido, pretendemos investigar as construções de sentido em espaços *on-line* acerca da multiculturalidade brasileira a partir da produção, da circulação e do consumo de conteúdos audiovisuais produzidos por estrangeiros, que abordem aspectos relacionados ao Brasil e que contem com a interlocução de brasileiros. Assim, diferentes campos do conhecimento serão acionados e favorecidos ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Temos buscado estabelecer aproximações entre os estudos pós-coloniais, culturais e de cultura midiática e digital. Paralelo a isso, o valor social também se torna evidente à medida que buscamos trazer à tona e problematizar os discursos coloniais que perpassam esses espaços, caracterizando nossa abordagem contra-hegemônica.

Lançar mão de uma visão crítica sobre as diversas formas de linguagem como ação e sobre os efeitos dessas novas formas de comunicação em diferentes grupos sociais, mostra-se pertinente aos estudos do campo da Comunicação, tanto pela possibilidade de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, como pela possibilidade de transformação social. Essas interações permeadas pelas tecnologias digitais se constituem como dinâmicas que possibilitam o surgimento de novas narrativas e formas de construção sócio-cultural, mas que ainda podem sofrer influências hegemônicas advindas das relações de exploração e dominação entre países colonizadores e colonizados (BHABHA, 1988).

## 2. Justificativa e abordagem teórica

Na esteira das (re)produções de significados, é relevante a contemplação sobre seus impactos na sociedade, *on-line* e *off-line*. Ocorre que o caráter de entretenimento presente em alguns conteúdos da *web*, como vídeos disponibilizados no YouTube, pode mascarar e naturalizar discursos hegemônicos. É possível conjecturar, por exemplo, que conteúdos produzidos por estrangeiros sobre produtos próprios da cultura brasileira, como nossa música, marcada por uma variedade de ritmos, podem revelar, em um olhar mais

---

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

atento, a perpetuação de uma configuração de poder inspirada em traços coloniais e que precisa ser revelada como forma de resistência e luta contra-hegemônica.

A perpetuação é algo próprio do discurso colonial, no que diz respeito à construção do outro, assinala Bhabha (1998). Sob o predicado de “fixidez”, o autor aponta para o paradoxo desse ideal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca (p. 105). Ir de encontro a essas repetições, repelindo-as, é uma forma de buscar romper com a subordinação cultural que se parece perpetuar e estabelecer uma “nova” tentativa de dominação.

O YouTube tem se configurado como uma interface de prática discursiva e como um agente delegado/sujeito institucional que produz agrupamentos de enunciados que desencadeiam a interação, segundo Costa (2016). Ou seja, nesse ambiente digital, as indicações de outros conteúdos – organizadas por uma lógica algorítmica – produzem discursos que passam a circular no ciberespaço e, com a interação entre os usuários, (re)constroem sentidos. Essa percepção ratifica a importância de buscar compreender, constantemente, interação nas ambiências digitais e seus efeitos no “mundo real”.

A busca por transformação social a partir das reflexões acadêmico-científicas ocorre paralela a mudanças sociais decorrentes da era da informação, já inquestionáveis. Para Santaella (2007), a efetividade e penetração dos efeitos sociais, culturais, técnicos e cognitivos, derivados dos avanços tecnológicos na comunicação, dependem da forma como essas tecnologias estão inseridas em cada cultura, bem como de seu alcance. Considerando que o YouTube tem, todos os meses, 1,5 bilhão de pessoas acessando seu site no mundo, e 98 milhões no Brasil, não há como negar sua disseminação e penetração na sociedade e culturas brasileiras e a consequente relevância da busca de compreensões acerca de como ocorrem as práticas de produção, circulação e recepção de conteúdos a partir dessa plataforma.

Segundo o próprio YouTube, sua missão é “dar a todos uma voz e revelar o mundo” (como se os sujeitos não tivessem voz fora desse espaço). Ao esclarecer em que acredita, a plataforma (personificada) demonstra interesse em oportunizar aos interagentes o exercício do direito de expressar as próprias opiniões. Há a afirmação, ainda, de que o mundo se torna melhor havendo interação baseada no ouvir e

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

compartilhar tais opiniões e na união dos usuários por meio de suas histórias. Essa interação se dá, então, pela audiência, que, composta por atores sociais, mostra-se participativa, dinâmica, ativa, seja por meio de comentários, que muitas vezes se transformam em conversas com outros interagentes, seja com a produção de conteúdo para a plataforma. É importante destacar também que o Brasil é o segundo país em tempo de visualização no site; o primeiro são os Estados Unidos (E-COMMERCE BRASIL).

A interação entre as coletividades, segundo Cuche (2002), é ponto chave na dinamicidade da constituição cultural. Por meio dessas interações surgem “culturas sincréticas, mestiças, que alguns autores veem como culturas constituídas através de ‘bricolagem’ como geralmente é o caso das culturas surgidas dos contatos culturais profundamente assimétricos” (CUCHE, 2002, p. 233). A criatividade, seria, portanto, o meio pelo qual os atores sociais manifestariam a capacidade que têm de integrar elementos e bens culturais, fazendo coexistir “de maneira coerente, esquemas culturais aparentemente pouco compatíveis” (p. 233).

Interessa-nos, pois, também refletir sobre esses hibridismos gerados por meio da interação não apenas de sujeitos de diferentes sociedades, mas também entre diferentes culturas, facilitada, principalmente por meio da globalização. Todo esse processo, corrobora a compreensão fragmentária de Hall (2000), acerca das identidades culturais, que seriam multiplamente arquitetadas por meio de discursos, práticas e posições, em constante transformação. A invocação desses recursos, segundo Hall, diz respeito às seguintes questões: “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (p. 109). Tais problemáticas têm marcado nossas pretensões analíticas.

### 3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Essencial a todo estudo, a pesquisa exploratória é a fase em que esta investigação se encontra. Assim, temos nos dedicado a explorar as comunidades virtuais que são formadas a partir dos vídeos produzidos pelos estrangeiros sobre o Brasil, bem como a desenvolver aprofundamentos teóricos que sustentem a teses que pretendemos construir.

Esse “envolvimento preliminar” não deixa de ser, contudo, estratégica. Como qualquer outro ator da internet, o pesquisador está submetido à dinâmica de

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

funcionamento dela. Isso faz com que a busca (logada) por objetos de composição do *corpus* coloque aquele em posição semelhante à de qualquer outro interlocutor dos vídeos que propomos investigar. O momento de exploração inicial já estabelece um ponto de contato com a audiência, promovendo aproximação com o campo de observação e participação, essencial aos estudos de inspiração etnográfica, como o que apresentamos aqui. Esse filtro inicial sugerido pela plataforma é visto como um auxiliador, devido à quantidade de *reaction videos* existente.

Dada a quantidade de vídeos produzidos, a elaboração de um corpus significativo, com materiais passíveis de análise, requer um filtro mais cuidadoso. Assim, temos buscado privilegiar vídeos que contenham maior engajamento (o que faz a plataforma indicá-lo como relevante), com comentários mais elaborados sobre o material, pois se observou a existência de muitas interações simplórias, compostas por poucas unidades textuais, o que limitaria o aprofundamento investigativo. Os vídeos, pontapé inicial das interações, serão considerados objetos primários de análise, e os comentários, frutos da interlocução, secundários. A sistematização dos critérios e a formulação de categorias analíticas estão sendo realizadas ao longo do processo de coleta, a fim de formular uma melhor compreensão sobre as construções de sentido. É possível formular, contudo, algumas conjecturas a partir dessa imersão inicial.

## 4. Desenvolvimento

Tem sido possível observar, na etapa exploratória em que nos encontramos, um número crescente de vídeos de reação sobre bens culturais brasileiros sendo produzidos. Desses, constatamos que muitos se valem de músicas, especificamente de videoclipes, enquanto produto cultural, para promover as reações. A escolha majoritária dos criadores de conteúdo parece ser por músicas emergentes de áreas periféricas do Brasil, como o funk e o sertanejo universitário, gêneros que, notadamente, ganharam maior destaque na cena musical recente.

Ocorre que, apesar de essas escolhas possuírem um viés estratégico para atração do público (valendo-se do sucesso que as músicas fazem), as enunciações que se dão a partir delas podem levar a uma visão estereotipada da cultura brasileira, agregando, ainda, conotações negativas a elas, dadas as reações produzidas e as

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

“críticas” geradas na interlocução. Os interagentes, diante dos conteúdos, parecem descreditar as produções musicais enquanto representativas do Brasil, valendo-se da depreciação de tais bens frente a outros que podemos considerar “eruditos”. O desprestígio que atinge esses bens “periféricos”, acaba por estabelecer uma hierarquia, sugerindo, de acordo com Bourdieu (2007), uma distinção de alta e baixa cultura.

## 5. Conclusões

Frente ao objetivo de compreender as construções de sentido decorrentes de vídeos estrangeiros de reação a bens culturais brasileiros e com interlocução brasileira, pudemos observar a constituição de um espaço para proliferação de discursos que desprestigiam produtos culturais advindos de espaços periféricos, de zonas não dotadas de poder para produção de hegemonias. Os desafios que perpassam o andamento da presente pesquisa dizem respeito, principalmente, ao estabelecimento de categorias de análise que permitam apreender, com rigor científico, a extração de traços representativos de uma relação de colonialidade entre os produtores e receptores. Prospera a relevância desta proposta de pesquisa, dada a carência de estudos que promovam o diálogo entre as temáticas aqui evocadas.

## 6. Referencias bibliográficas

BHABHA, H. K. **O lugar da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

BURKE, Peter, **Variedades de história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COSTA, R. R. **A interface como prática discursiva em redes sociotécnicas: um estudo no YouTube**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUCS, 2002.

E-COMMERCE BRASIL. **Consumo de vídeo online cresce mais de 90% e interesse por TV paga cai, segundo o YouTube**. Disponível em: <<http://bit.ly/2zCWcxE>>. Acesso em: 17 set. 2018.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HINE, C. Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia. In: CAMPANELLA, B.; BARROS, C. (Org.). **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

---

## **ARCO-ÍRIS NA CRUZ: a multimodalidade no mediativismo em vídeos no YouTube**

### **RAINBOW AND CROSS: multimodality and mediactivism on YouTube**

Marco Túlio Pena Câmara – Unicamp<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo trabalha a linguagem multimodal de vídeos como um exemplo de produção de conteúdo no ciberespaço e sua relação com o mediativismo, a partir da análise de dois vídeos do canal Muro Pequeno. O objetivo é verificar como os elementos multimodais contribuem para a construção de sentido e significado em vídeos, resultando e se caracterizando como prática midiativista. Para tanto, apresentamos o conceito e aplicação do mediativismo (MATTONI, 2013; DI FELICE, 2017); os aspectos multimodais que compõem os vídeos, como som, voz, gestos, posturas, olhares, dentre outros modos (IEDEMA, 2000; NORRIS, 2002, 2004, 2006; MACHIN, VAN LEEUWEN, 2016) que se portam como linguagem utilizada pelos midiativistas. A análise indica que os discursos multimodais são carregados de significados e que eles auxiliam na produção de sentido midiativista, possível a partir da pluralidade de produções de conteúdo no ciberespaço.

**Palavras-chave:** Multimodalidade; Midiativismo; YouTube.

**Abstract:** This article deals with the multimodal language of videos as an example of content production in cyberspace and its relation to mediactivism, based on the analysis of two videos in Muro Pequeno's channel. The objective is to verify how the multimodal elements contribute to the construction of meaning in videos, resulting and being characterized as mediactivist practice. For that, we present the concept and application of mediactivism (MATTONI, 2013; DI FELICE, 2017); the multimodal aspects that make up the videos, such as sound, voice, gestures, postures, gaze, and other modes (IEDEMA, 2000, NORRIS, 2002, 2004, 2006, MACHIN, VAN LEEUWEN, 2016) . The analysis indicates that multimodal discourses are loaded with meanings and that they aid in the production of a mediactivist sense, possible from the plurality of content productions in cyberspace.

**Keywords:** Multimodality; Mediactivism; YouTube.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Lingüística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas. Um dos organizadores do E-book "Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática". Integrante do grupo de pesquisa Mídia, Discurso, Tecnologia e Sociedade, ligado ao IEL/UNICAMP. E-mail: marcotulio.camara@gmail.com.

## 1. Introdução

A proposta deste trabalho é analisar dois vídeos do canal *Muro Pequeno*, participante do projeto *Creators for Change*:<sup>2</sup> “De um filho gay cristão, para pais cristãos de filhos gays”<sup>3</sup> e “O que a bíblia não diz sobre homossexualidade”<sup>4</sup>. Pretendemos discutir como os elementos multimodais contribuem para a construção de sentido e significado em produtos audiovisuais, como vídeos do *YouTube*, considerando-os enquanto exemplos atuais de manifestações e práticas de linguagem no ciberespaço, resultando e se caracterizando, em nosso caso específico, como prática midiativista.

Importante destacar que este artigo faz parte de uma pesquisa maior, ainda em andamento, que analisa o midiativismo no *YouTube* a partir dos seus aspectos multimodais e a recepção pelo discurso. Assim, o presente estudo se baseia na teoria da multimodalidade aplicada em vídeos no *YouTube* na construção de sentido da mensagem que visa veicular e defender, considerando o discurso, as escolhas lexicais, as falas, gestos, olhares, vestuário, enquadramento e postura (IEDEMA, 2001; NORRIS, 2004; O’HALLORAN, 2004; KRESS, 2016) como alguns dos modos a serem utilizados para a produção do sentido ativista ao qual o vídeo se propõe enquanto possível mudança social a partir de tais representações discursivas (BRAIGHI, 2016, CÂMARA; DIAS, 2018).

## 2. Justificativa e abordagem teórica

A importância desta pesquisa vai além da releitura de novas práticas ativistas e do impacto social que isso pode levar na realidade em que vivemos. O ineditismo dela também é o cerne das questões que pretendemos responder: o que é o midiativismo e como ele ocorre no *YouTube*? Qual o papel da tecnologia nessa reconfiguração sociopolítica?

Portanto, buscamos verificar como o midiativismo ocorre no maior site de hospedagem de vídeos da internet. Suscitam-se, daí, algumas formulações e

---

<sup>2</sup> O projeto é o objeto de pesquisa da pesquisa de doutorado em desenvolvimento. O canal foi selecionado pelo projeto com o Afros e Afins.

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=87\\_5Wbj5gG4](https://www.youtube.com/watch?v=87_5Wbj5gG4)

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OYy2Vn15xVI>

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

inquietações. O midiativismo se aplica a vídeos não-jornalísticos, em canais de entretenimento e pessoais? Caso afirmativo, como podemos identificar tais traços midiativistas nesses canais? Como o discurso proferido pelos sujeitos produtores desses conteúdos promove o ativismo em si? A representatividade que esses sujeitos proporcionam é causa ou consequência do idealismo (e ativismo) desses vídeos?

É a partir dessas inquietações que surge o interesse e a necessidade de se fazer tal pesquisa. Observando as reconfigurações midiáticas e o ciberespaço, é fundamental que nos debruçemos sobre esse campo de pesquisa e atuação, buscando compreender seu funcionamento e as relações propostas, existentes e incentivadas no ambiente *online*.

Nesse contexto colaborativo e livre, o *YouTube* estimula essas novas maneiras de expressão e promove maior visibilidade a essas mensagens e alcance mundial. Essa característica favoreceu, além da criação de novos meios de comunicação, o fortalecimento do midiativismo, já que ampliou e difundiu o debate que se pretende estabelecer. O midiativismo pode ser considerado uma nova maneira de se fazer política, por meio dos recursos tecnológicos que a comunicação se dispõe, criando novos movimentos sociais a partir da Internet, por exemplo (BRAIGHI, 2016).

Para a construção de conceito, tomamos como base os estudos da pesquisadora italiana Alice Mattoni (2013). Ela faz a distinção entre o ativismo na mídia, o ativismo sobre a mídia e o ativismo pela mídia. Segundo ela, o ativismo na mídia ocorre quando as tecnologias de informação são usadas como espaço de produção de conteúdos que objetivam a mudança almejada, além de ser uma forma de divulgação de vozes antes silenciadas, conceito que mais se aproxima ao que observamos no nosso objeto de pesquisa. Já o ativismo sobre a mídia abarca os movimentos sociais como espaço de conexão entre eles e a ação política propriamente dita, com a possibilidade de resultar (e provocar) ações ativistas fora das mídias. Por fim, o ativismo pela mídia é considerado como um processo de mobilização, resultando no uso que os ativistas fazem das mídias, tendo em vista seus objetivos e modos de “servir” aos movimentos aos quais estão inseridos, como em uma cobertura de protestos, por exemplo.

---

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

É nesse contexto de novas mídias e reconfiguração, também do ativismo que se amparam nossas análises, considerando o *YouTube* enquanto aparato midiático e meio de divulgação de ideias e ideais, além de uma possível prática para o midiativismo, considerando sua consequência, não apenas o modo de fazer. Dessa forma, partimos do pressuposto de que o midiativismo visa à mudança social, a partir de problematizações que se dão e são incentivadas nos vídeos do *YouTube*, como abordaremos a seguir.

### 3. Métodos e instrumentos de pesquisa

A análise da multimodalidade, base metodológica para este trabalho, está voltada aos estudos de Iedema (2001), Norris (2004) e O'Hallorran (2004). A partir deles, criamos nossos próprios critérios levando em consideração a classificação multimodal sugerida pelos referidos autores. Dessa forma, consideramos como critérios os seguintes elementos: i) cenário; ii) elementos cênicos; iii) caracterização; iv) gestos; v) postura; vi) som e tom de voz; e vii) olhar. Cada modo está inserido em um contexto descritivo e carrega seu significante, considerado aqui sua representação no vídeo, e seu significado, que, como dissemos anteriormente, é aberto e pode seguir a subjetividade do interpretante. Por fim, todos esses elementos interconectados culminam na construção do sentido do vídeo.

### 4. Desenvolvimento

Os vídeos analisados são “De um filho gay cristão, para pais cristãos de filhos gays” (vídeo 1) e “O que a bíblia não diz sobre homossexualidade” (vídeo 2), de Murilo Araújo, criador do canal Muro Pequeno (figura 1).

**Figura 1** "Capas" dos vídeos analisados

## Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

---

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-  
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---



Fonte: Reprodução

Esses vídeos foram escolhidos devido à sua temática. Desde o início do canal, Murilo se classifica e denomina enquanto “negro, nordestino, gay, católico”, além de citar parte de sua pesquisa acadêmica que envolve sexualidade e religiosidade.<sup>5</sup> Esses vídeos, portanto, foram os primeiros a tratar sobre esse assunto no formato de *youtuber* tradicional, com apenas o produtor do canal falando diretamente para a câmera sem receber convidados, prática também recorrente nesse e em outros canais.

O primeiro vídeo (v01) começa em silêncio com o Murilo olhando para baixo. Logo depois ele levanta, vai à estante de livros, pega a bíblia e a abre e lê uma passagem, seguida da vinheta de abertura do canal. Esse início tem um minuto ao todo, sendo vinte segundos de absoluto silêncio, fato esse que nos permite classificá-lo, também, como um modo significativo para a análise do vídeo. A leitura bíblica tem entonação similar a rituais religiosos e é feita olhando para baixo, lendo a bíblia, alternando com olhares direcionados para a câmera.

Já o segundo vídeo (v02), um dos mais assistidos do canal (publicado quase um ano depois do primeiro aqui analisado), funciona como uma resposta a perguntas e comentários recorrentes nas postagens do canal, tanto no YouTube quanto em outras redes sociais. O tom professoral e de reafirmação de autoridade de saber são ainda mais fortes nesse vídeo. Diferentemente do primeiro, neste não há silêncio e a vinheta já aparece no sétimo segundo, logo após o anúncio da extensão do vídeo (mais de 27 minutos, contra 13 do outro). A partir daí, Murilo cita passagens bíblicas e mostra sua bíblia como aporte e leitura.

---

<sup>5</sup> Murilo é jornalista, mestre em Estudos Linguísticos e está terminando doutorado em Linguística Aplicada.

### 5. Conclusões

Com este trabalho, pretendemos mostrar como os discursos multimodais são carregados de significados e como eles auxiliam na produção de sentido midiativista, possível a partir da pluralidade de produções de conteúdo no ciberespaço. Dessa forma, esperamos contribuir para a discussão e possíveis futuras análises multimodais, sobretudo em objetos inseridos no ciberespaço, em que se consideram as condições de produção, o amplo alcance e poder de difusão e divulgação de tais conteúdos. Reiterando que a construção de sentido desses textos se dá a partir da interação do receptor com o produto e o produtor, a partir da subjetividade de quem o consome e da complexidade da materialidade do objeto, o caminho que propomos aqui é apenas um dentre os vários possíveis, principalmente em objetos tão plurais e inseridos em disciplinas como a Comunicação e a Linguística Aplicada, áreas abrangentes que oferecem diferentes metodologias e pontos de análise sob o mesmo corpus.

### 6. Referencias bibliográficas

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.

IEDEMA, Rick. "Analysing Film and Television: A Social Semiotic Account of 'Hospital: An Unhealthy Business'". In *The Handbook of Visual Analysis, organizado por Theo Leeuwen e Carey Jewitt*, 1ª edição. Los Angeles, Calif.: Sage Publications Ltd. 2001.

MATTONI, Alice. **Media activism**. The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements. Nova Jersey: Blackwell Publishing, 2013.

NORRIS, Sigrid. 2004. *Analyzing Multimodal Interaction: A Methodological Framework*. Londo/New York: Routledge. <http://public.ebib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=182714>.

O'HALLORAN, Kay L. 2004. "Visual semiosis in film". In *Multimodal discourse analysis: systemic-functional perspectives, organizado por Kay L. O'Halloran*, 118–30. *Open linguistics series*. London/New York: Continuum. <https://doi.org/10.1075/jlp.15.3.01mac>.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## Mídia legislativa e participação: comunicação pública e inserção social na TV Câmara Bauru

### Legislative media and participation: public communication and society inclusion at “TV Câmara Bauru”

Maria Carolina Vieira – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
(UNESP)<sup>1</sup>

**Resumo:** Conceitos de comunicação pública têm se atrelado às práticas das mídias legislativas por meio de noções de cidadania, democracia e participação. Segundo autores, o âmbito municipal tem se mostrado a melhor esfera para a concretização dessas práticas. Assim, o artigo busca, por meio de análise de conteúdo dos programas produzidos e entrevista com gestor, observar como comunicação pública e inserção da sociedade são trabalhadas na TV Câmara Bauru, primeira emissora legislativa municipal do interior do estado de São Paulo. Notou-se que o foco da TV legislativa ainda se mantém nos parlamentares, com possibilidades limitadas de interação e participação do público, e o incentivo à cidadania ocorre basicamente pela cobertura da rotina legislativa. O envolvimento na produção e gestão é inexistente. Sobre o alcance da pesquisa, os resultados ainda pretendem contribuir para os debates sobre o papel das emissoras legislativas, além dos sobre a perspectiva da comunicação pública como instrumento de construção de cidadania e participação social.

**Palavras-chave:** mídia legislativa; TV Câmara; comunicação pública; participação social; cidadania.

**Abstract:** Public communication concepts have been connected to legislative media through ideas of civic responsibility, democracy and participation. According to researchers, the municipality has been the best place to put these concepts in practice. With that considered, this article intends to observe aspects of public communication and society inclusion at TV Câmara Bauru, the first legislative channel at São Paulo state

---

<sup>1</sup> É doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Unesp – campus Bauru. Desenvolve pesquisa sobre as TVs Câmaras municipais do interior do estado de São Paulo. E-mail: [mcarol.srvieira@gmail.com](mailto:mcarol.srvieira@gmail.com).

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

countryside, Brazil. The methodologies used are content analysis in the channel programs, as so interview with the manager responsible for it. It was noticed that the legislative TV focus remains on the parliament members, the participation and interaction possibilities are few and limited, and the civic responsibility encouragement is basically made by legislative routine coverage. The public involvement in the production or management is inexistent. About the article reach, its results also mean to contribute to debates about the legislative media function and the perspective that sees public communication as tool for the growth of civic responsibility and social participation.

**Keywords:** legislative media; parliament channel; public communication; social engagement; civic responsibility

## 1. Introdução

O princípio da complementariedade do sistema de radiodifusão brasileiro, segundo o qual emissoras públicas, privadas e estatais devem encontrar um equilíbrio, é previsto desde a promulgação da Constituição de 1988. A determinação legal de diferença entre os modelos vem suscitando pesquisas que buscam constantemente definir quais funções cada um deles deve cumprir. Segundo Bucci et al (2012, p. 21), chama-se de emissora estatal aquela que é vinculada ao Estado e tem gestão subordinada a autoridades de um dos três poderes, tendo sua programação limitada por estas características. Já em uma emissora pública a lógica é inversa, devendo sua programação ter “preocupação com a formação de cidadãos autônomos, sem ter finalidade comercial, partidária, governamental ou religiosa” (Bucci et al, 2012, p. 23).

As TVs Legislativas se encaixam na categoria de emissoras estatais. No entanto, a prática faz a afirmação se tornar menos definitiva. Bucci mesmo pontua que a realidade é híbrida e que uma emissora estatal pode desenvolver vocação pública. A própria TV Câmara dos Deputados, emissora legislativa brasileira de referência, se autodenomina uma televisão pública (Câmara dos Deputados).

Apropriando-se, assim, de conceitos inerentes tanto das emissoras estatais quanto das públicas, as TVs Legislativas vêm possibilitada uma atuação não só em relação à transparência e divulgação do Poder Legislativo – seu papel primordial estipulado pela Lei da Radiodifusão, de 1995 – mas também como promotora de informação de utilidade pública, cidadania e participação social, uma vez que se baseie em concepções de comunicação pública. Dessa forma, é relevante analisar o

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

funcionamento particular de TVs Câmaras e contribuir para discussões sobre seu papel na sociedade.

## **2. Justificativa e abordagem teórica**

A aplicação de comunicação pública nas TVs Legislativas, com seus potenciais resultados na promoção de cidadania, democracia e participação social, também aparece periodicamente como objeto de estudo. No nível municipal, as TVs Câmaras brasileiras prosseguem pouco exploradas. Este trabalho busca contribuir para tal debate por meio da análise da TV Câmara Bauru (SP).

Em seu Glossário da Comunicação Pública, Duarte e Veras (2006) afirmam que, ainda hoje, não se chegou a um consenso sobre o tema, destacando cinco abordagens possíveis e mais frequentes da comunicação pública: “praticada na esfera pública; realizada pelo Terceiro Setor; realizada por meio da radiodifusão pública; praticada pelo setor público; e realizada pelo próprio governo” (Duarte e Veras, 2006, p. 25).

As TVs Legislativas, uma vez que são vinculadas à administração governamental, evocam mais as concepções das duas últimas abordagens, que legitimam a comunicação pública pela utilidade pública de suas informações e a qualidade de seu diálogo (Zémor, 1995) ou a relacionam diretamente com cidadania e participação da sociedade (Matos, 2009). Os conceitos vão ao encontro do próprio papel da comunicação legislativa, que além da transparência e publicização de atos parlamentares, necessitaria se pautar pela “formação de atitudes cidadãos, participativas e conscientes” (Matos, 1999, p. 9). Estudos prévios já buscaram verificar as correlações existentes entre comunicação pública e comunicação legislativa, seja com foco nos efeitos do controle social nos parlamentares (JARDIM, 2008) ou no quanto pública é a comunicação, de fato, praticada por elas (ANSELMO, 2011). – casos em que, inevitavelmente, inclui no debate a participação da sociedade nas emissoras.

## **3. Métodos e instrumentos de pesquisa**

Para Matos (2009), para divulgação de informação cidadã, é preciso espaços adequados para debates e trocas de ideia. Segundo ela, esse conceito tem se

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

expressado melhor no âmbito da municipalidade, local “propício ao entendimento da comunicação pública como meio de renovação de práticas democráticas relacionadas à vivência direta de problemas e à busca de soluções” (Matos, 2009, p. 6). Considerado isto, selecionou-se como objeto de estudo a TV Câmara Bauru (SP), sob o critério de ter sido o primeiro canal legislativo do interior de São Paulo, em funcionamento desde 1998 e hoje parte da Rede Legislativa de Rádio e TV.

A fim de verificar de que forma os conceitos apresentados de comunicação pública estão presentes na emissora, sob a ótica da análise de conteúdo (Bardin, 1977) analisou-se a programação atualmente produzida por ela, concentrando-se nas características: possibilidade de interação; incentivo à cidadania e participação social; e participação do público. Ainda, foi realizada uma entrevista com o gestor da TV Câmara Bauru (Diretor de Comunicação), com o intuito de compreender o envolvimento da sociedade não só na programação da emissora, mas também na sua gestão.

## **4. Desenvolvimento**

De acordo com levantamento feito no canal de YouTube da TV Câmara Bauru, corroborado por entrevista feita com o gestor do canal, o jornalista Marcelo Malacrida, verificou-se que, além da transmissão ao vivo de sessões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas, em maio de 2019 seis programas fixos eram produzidos pela emissora: os semanais Câmara Livre, Espaço Aberto, Entrevista e Fala Câmara Entrevista, o mensal Papo Digital e os de periodicidade variada que consistem em boletins informativos e matérias jornalísticas, englobados como um único programa. O programa Fala Cidadão foi citado como nova produção pelo gestor, mas não chegou a ir ao ar até a data de coleta dos dados.

### **4.1. Possibilidade de interação**

A maior possibilidade de interação verificada é durante as transmissões ao vivo, por meio de comentários e curtidas nas redes sociais da Câmara (Facebook e YouTube) que também transmitem a programação da emissora. Além das redes, a população ainda pode interagir com a TV Câmara Bauru por e-mail e WhatsApp e telefone.

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## **4.2. Incentivo à cidadania e participação social**

A maneira mais frequente de se incentivar a cidadania e participação social encontrada na programação da TV Câmara Bauru foi por meio de cobertura de rotina legislativa (nos boletins informativos e nos programas de entrevistas com parlamentares, além das próprias transmissões ao vivo) e chamamento direto à participação da população. A elucidação de conceitos típicos do Legislativo e meio político ou o foco em direitos da população, por exemplo, não foram encontrados de maneira sistematizada.

## **4.3. Participação do público**

Dos seis programas produzidos de maneira fixa pela TV Câmara Bauru, somente dois deles não têm como protagonista os próprios vereadores ou a rotina legislativa. Além de participar como entrevistados, segundo o gestor da emissora, membros da sociedade têm a possibilidade de sugerir temas que, posteriormente, podem virar pauta de programas. Nos quesitos produção e gestão, não há participação da sociedade.

## **5. Conclusões**

Muitas vezes autodenominadas emissoras públicas, as TVs Legislativas surgiram no Brasil com o intuito de levar transparência e informação sobre o parlamento à sociedade e viram seu rol de atuação evoluir para englobar também o incentivo à cidadania, democracia e participação social, conceitos atrelados à prática da comunicação pública. Este artigo busca verificar a presença destes aspectos na programação e gestão da TV Câmara Bauru, primeira emissora legislativa do interior do estado de São Paulo. Ainda que a emissora estudada cumpra com sua função primordial de prestar contas sobre a Câmara à sociedade e promova cidadania por meio da cobertura da rotina legislativa, pouco se nota além disso. O foco da programação se mantém nos parlamentares e as possibilidades de participação e interação da população são limitadas. Na gestão a situação se agrava, pois a presença da sociedade ainda é nula. Os resultados parciais sugerem que emissoras legislativas de vanguarda, que é o caso da TV Câmara Bauru, ainda que tenham a intenção de se firmarem como

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

promotoras de cidadania, democracia e participação, ainda o fazem basicamente por meio de sua atribuição tradicional inicial: a transparência do Legislativo.

## 6. Referencias bibliográficas

ANSELMO, Alessandra Marquez. **A TV Câmara sob a ótica da comunicação pública**: desafios políticos e institucionais. Monografia (Especialização em Legislativo e Políticas Públicas). Brasília: Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 28ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

BRASIL. Lei nº 8977, de 6 de janeiro de 1995. **Dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências**.

BUCCI, Eugênio; FIORINI, Ana Maria; CHIARETTI, Marco. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas** - Uma Avaliação Contemporânea. Brasília: Série Debates CI (Unesco), v. 10. 2012.

Câmara dos Deputados. **Conheça a TV Câmara**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/institucional.html>. Acesso em: 16 de mai. 2019.

DUARTE, Jorge (org.); LUCIARA, Veras (orgs.). **Glossário de comunicação pública**. v.1. Brasília: Casa das Musas, 2006.

JARDIM, Márcia de Almeida. **Antenas do Legislativo**. Uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Campinas: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. 2008.

MATOS, Heloíza. A comunicação pública no Brasil e na França: desafios conceituais, **Anais Intercom 2009**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3060-1.pdf>

MATOS, Heloíza. Comunicação pública, democracia e cidadania – o caso do Legislativo. **Revista Líbero**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, v. 2, n. 3-4, 1999.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. Que sais-je? Paris: PUF, 1995.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

## Práticas comunicativas insurgentes: entre o bem viver e o Ubuntu

### Insurgent communicative practices: between bem viver and Ubuntu

Sarah Fontenelle Santos – Universidade Federal do Rio Grande do Norte<sup>1</sup>

**Resumo:** A proposta deste trabalho é analisar as práticas comunicativas insurgentes desde cosmovisões originárias e tradicionais, tais como o Bem Viver e a filosofia *Ubuntu*, tendo como referente de estudo a WebRádio Yandê e o Comitê de Atingidos pelo Programa Lagoas do Norte (Teresina-PI). Parte-se da hipótese de que há rotas de resistência contra-colonizadoras que anunciam desde a comunicação, de modos distintos em suas práticas (BORDIEU, 1994) e saberes (ALMEIDA, 2004), a comunicação do bem viver e do Ubuntu para construção de outras sociabilidades. Como afirma Alberto Acosta, o Bem viver é uma filosofia em construção e universal e também está presente na ética da filosofia ubuntu. Utiliza-se o estudo de caso, levando em conta técnicas metodológicas variadas tais como entrevistas e pesquisa participante. Os rastros comunicativos possíveis de enxergar até aqui nos levam a crer que as práticas comunicativas rompem o padrão dogmático comunicativo em defesa dos territórios, seja na cidade ou no campo, anunciando e construindo outras sociabilidades coletivas.

**Palavras-chave:** Comunicação insurgente; cosmovisão ancestral; direito a cidade; direito ao território.

**Abstract:** The purpose of this paper is to analyze insurgent communicative practices from and traditional, such as *bem viver* and Ubuntu philosophy, with and the (Teresina-PI). It is based on the hypothesis that there are anti-colotized resistance that announce from communication, in different ways in their practices (BORDIEU, 1994) and knowledge

---

<sup>1</sup> Graduada com Comunicação social: habilitação em Jornalismo e Relações Públicas pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Estudos da Mídia da UFRN.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

(ALMEIDA, 2004), the communication of the and Ubuntu's to other sociabilities. As Alberto Acosta affirms, Bem viver is a philosophy in framing and universal and is also present in ethics of ubuntu philosophy. This study is used, taking into varied methodological techniques such as interviews and participant research. The possible communicative traces is to lead us believe that communicative practices break (transform) the dogmatic communist preacher in protection of the territories in city or in countryside, announcing and building other collective sociabilidades.

**Keywords:** Insurgent communication; ancestral cosmovision; right to city; right to territory.

## 1. Introdução

A comunicação e suas práticas vêm sendo convidadas cada dia mais a responder às questões sociais e às possíveis mudanças rumo a construção de um mundo onde vigorem relações solidárias que concorram para um bem viver e não um viver melhor (baseado na competitividade e individualismo que o capitalismo e a ocidentalização trouxe até aqui). Se os padrões de vida e com eles os padrões comunicativos, até aqui foram fortemente colonizados desde o norte geopolítico do mundo, cabe pensar uma comunicação que esteja pautada precisamente na cosmovisão apagada e invisibilizada, mas que subsiste, no dizer de Antônio Bispo dos Santos (2015), em contra-colonização permante. O valor, desta pesquisa, portanto, reside na possibilidade de encontrar uma chave para entender a construção de uma comunicação desde o viés decolonial para romper com o padrão da colonialidade do saber/poder (MIGNOLO, 2017) presentes nas práticas comunicativas.

É válido ressaltar que este trabalho encontra-se em fase inicial, a pesquisadora encontra-se no primeiro período do doutorado do Programa de Pós-graduação de Estudos da Mídia da UFRN. No entanto, salienta-se que a mesma vem pesquisando e atuando junto ao Comitê de Atingidos do Programa Lagoas do Norte há cerca de 4 anos e, no doutorado, surgiu a possibilidade de estudar o entre existente desde esse referente de estudo com outros. Dito isto, a proposta deste trabalho é analisar as práticas comunicativas insurgentes desde cosmovisões originárias e tradicionais, tais como o Bem Viver e a filosofia *Ubuntu*, tendo como referente de estudo a WebRádio Yandê e o Comitê

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

de Atingidos pelo Programa Lagoas do Norte (Teresina-PI). Parte-se da hipótese de que há rotas de resistência contra-colonizadoras que anunciam, de modo distintos em suas práticas (BORDIEU, 1994) e saberes (ALMEIDA, 2004), a comunicação para um viver bem (BASPINEIRO, 2014) e do Ubuntu para construção de outras sociabilidades.

Deste modo, julga-se importante observar e compreender tais práticas comunicativas para a construção/consolidação de uma comunicação contra-colonizadora que parte dos sujeitos deste Sul Global, que desafia o padrão colonial do saber/poder. Pretende-se, pois, a partir do cenário político atual, com acelerado desmonte de direitos, discutir saídas a partir do campo da comunicação.

## **2. Justificativa e abordagem teórica**

Apostamos na hipótese de que há, emaranhado na construção da cidade e de outros territórios, a presença forte das narrativas midiáticas convergindo ou divergindo com o padrão colonial do saber/poder (MIGNOLO, 2017). Diante de narrativas ocidentalizantes, opõe-se ao esfacelamento das relações sociais coletivas e dos afetos, a comunicação enquanto potência diante do contar e costurar histórias, como um exercício artesanal que envolve teias no registro do cotidiano da vida. A arte de tecer o presente “traduz a experiência dialógica do EU-TU” (MEDINA,2011 p.16). O fazer comunicativo na rua e na vida e se faz ponte seja pela entrevista dialógica, seja pela ação de emendar memórias fortalecendo presentes. É Glória Anzaldúa (2005) quem reforça a importância da história, da memória e, portanto, das narrativas dos subalternizados.

Este trabalho se justifica diante de um esforço teórico-prático de problematizar uma comunicação dos sujeitos subalternizado perante a invisibilização de seus saberes, conhecimentos e práticas. Demarca-se que as histórias e memórias registradas nos fazeres comunicativos dos referentese de estudo apresentados aqui são de suma importância para uma mudança na correlação de forças e consequentemente na conjuntura auto-destrutiva que se apresenta no mundo inteiro diante da crise.

## **3. Métodos e instrumentos de pesquisa**

# **Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

Esta pesquisa é um estudo de caso, que não dispensa a orientação de usos metodológicos que permitam agregar para o levantamento dos dados. Considera-se a pesquisa de tipo exploratória, para fazer o levantamento de quais as narrativas existentes e como quais são as produções subjacentes aos referentes, este é o patamar em que a pesquisa se encontra no momento.

Propõe-se também realizar entrevistas junto aos referentes da pesquisa para compreender melhor os processos em que estão inseridos, sendo capaz de observar como se dá a lógica da produção interna, bem como apontar quais as dificuldades de fazer comunicação em um contexto independente. E ainda, pretende-se fazer uso da pesquisa participante com objetivo de ter mais consistência na análise.

## **4. Desenvolvimento**

Apresentaremos agora os dados coletados do empírico até agora. A programação da webrádio é composta de 12 programas, segundo o próprio website, quais sejam: Yandê Connection; Programa de conversación com povos indígenas ao redor do mundo; Papo na rede (variedade com protagonistas indígenas); Roda de prosa; Comunica Parente (áudios diversos enviados por diferentes povos e sujeitos indígenas); Programa de índio; Radio Servindi (Notícias e entrevistas); Indian & Cowboy; Rádio Encontros; Notícias da ONU. Além dos programas, a rádio é recheada de músicas (de diferentes povos e dos mais variados ritmos que se misturam entre o tradicional e o moderno, tais como Hip Hop), poesias, mensagens e etc. que podem, inclusive virem foram dos programas. A rádio funciona 24 horas.

Já no caso, do Comitê dos Atingidos pelo Programa Lagoas do Norte (PLN), trata-se de uma coletividade de sujeitos que resistem contra um modelo desterritorializador de cidade, uma vez que o PLN é um programa urbanístico que tem ameaçado de desapropriação moradores de 13 bairros da Zona Norte da Capital Teresinense, berço da cidade. Neste caso, os processos comunicativos visam defender seu território e o direito à cidade e para isso, os sujeitos tem feito uso de estratégias comunicativas das mais diversas formas: Página na Rede Social Facebook; Boletim da comunidade; Pixações nos

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

muros de suas casas. Ao contrário, da Rádio Yandê, a comunidade não conta, em suas produções comunicativas, sujeitos formados em comunicação, por isso mesmo, suas estratégias, são por assim dizer, mais próximas das artesanais, que inclusive, fazem uso de outras formas comunicativas para garantir o direito de dizer a sua palavra. Estas outras formas podem ser instalações de arte em espaços públicos, performances e até a construção de museu. Diz-se que este referente de estudo traz aproximações com o Bem Viver, mas também traz a cosmovisão do Ubuntu, já que se afirma enquanto práticas de sujeitos afropindorâmicos que partem da circularidade (BISPO DOS SANTOS, 2015) para construir suas práticas, onde é possível enxergar a mística espiritualista afro e indígena e também da filosofia *Ubuntu* (NASCIMENTO, 2016).

Destaca-se a possibilidades enredadas entre práticas artesanais e digitais. Gagnebin (1987), prefaciando o livro “Magia e técnica, Arte e Política”, aponta que para Benjamin as narrativas da vida coletiva são um processo artesanal, onde a experiência transmitida pelo relato deve ser comum ao narrador e ao ouvinte, pressupondo uma comunidade. O rápido desenvolvimento do capitalismo e, sobretudo, da técnica, teria destruído esses laços e as narrativas tradicionais. Trazendo a discussão da técnica para o mundo digital, corrobora-se, em partes com esta análise crítica, mas de outro lado, percebe-se o quão a comunicação nos referentes estudados mantém em seu bojo os modos de fazer e viver a comunicação de modo artesanal, se imbrincando com a técnica digital.

## 5. Conclusões

Observa-se nos referentes de estudo a permanência e/ou recuperação de uma sabedoria ancestral que constroem hoje, a possibilidade da utopia de outro mundo possível que, por sua vez, cria práticas comunicativas não dogmáticas (MEDINA, 2003), que são verdadeiras pontes entre o mundo presente e o mundo futuro. Aqui a comunicação vai além do tecnicismo, evidenciando a prerrogativa de Maldonado (2015) sobre os usos e apropriações das tecnologias digitais, que por sua vez esbarram em barreiras culturais, educativas, políticas e sociais.

# Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

---

Faz-se necessário romper o instrumentalismo comunicacional (MALDONADO, 2015). A mão e a tecnologia digital; a artesanaria e o fazer digital, se unem em práticas comunicativas que anunciam a construção de outra cidade e a defesa dos territórios ancestrais indígenas. Deste modo, observa-se que a cosmovisão dos saberes ancestrais no fazer comunicativo afropindorâmico, que por sua vez devem trazer chaves de compreensão para repensar as práticas comunicativas ocidentalizantes.

## 6. Referencias bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda, São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ANZALDÚA, Glória. **La conciencia dela mestiza/Rumo a uma nova consciência**. Estudos feministas, Florianópolis, 13 (3), p. 704-719, setembro/dezembro, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Amazônia**: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. p. 9-28, jun. 2012.
- BASPINEIRO, Adalid Contreras. De la comunicación – Desarrollo a la comunicación para el vivir bien. Universidad Andina Simón Bolívar. Quito, 2014.
- BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombo**: modos e significações. Brasília: Unb, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- MALDONADO, Alberto Efendy. **Transmetodologia, cidadania e transformação tecnocultural**. Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 713-727, set./dez. 2015.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente** – Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- MIGNOLO, Walter. **Coloniadade**: o lado mais escuro da modernidade. Realidade. RBCS Vol. 32 n° 94. 2017.
- NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Aproximações brasileiras às filosofias africanas**: caminhos desde uma ontologia Ubuntu. PROMETEUS - Ano 9 - Número 21 – Edição Especial - Dezembro/2016.

# **La Televisión Comunitaria como un espacio de resistencia para los sectores indígenas de Ecuador**

**Tema:** Comunicación participativa y medios activistas

**Autora:** Tania Villalva Salguero

## **Introducción**

La conquista española en América constituye un antes y un después en el futuro de los pueblos originarios en toda Latino América. El proceso de dominación constituye no sólo la imposición de una cultura -incluyendo religión-, sino además el despojamiento de sus posesiones, dentro de las cuales, la tierra, es sin duda una de los principales.

Entender la situación actual de los pueblos y nacionalidades, no puede dejar de lado el contexto histórico posterior a la conquista. Cada una de las etapas posteriores- la colonia y luego la república- contemplan actos de relegamiento de las agrupaciones étnicas, de marginación y de humillación que tienen transformaciones importantes en los últimos 100 años. La revolución liberal constituye el primer paso hacia la reivindicación de sus derechos, el indigenismo impulsado a comienzos del siglo XX, aunque con una visión paternalista, corresponde a una corriente que logra poner en el debate la penosa situación de los indígenas, en especial de la serranía ecuatoriana, pero además abren, a través de la cooperación y la intervención de un segmento de la iglesia católica, la posibilidad de acceso a la educación, mediante la cual, se consolidan los liderazgos que harían posible una nueva forma de organización social (Beltrán, 2006)

Las celebraciones propuestas por España, al respecto de los 500 años del descubrimiento del nuevo mundo, abren la oportunidad, para presentar, como contraparte, la posición del recientemente organizado “Movimiento indígena”, con una cosmovisión propia y una agenda de reivindicaciones. La CONAIE, plantea en su momento que luego de 500 años de dominación, las agrupaciones indígenas no tienen nada que festejar y en los años 90 dan paso al primer levantamiento popular de grandes dimensiones, dos años antes de que se cumplan los 5 siglos del inicio de la conquista (Beltrán, 2006)

Con este acto, se da paso a una transformación histórica del rol de la presencia indígena en el desarrollo socio político nacional. Es a partir de la iniciativa surgida en la provincia de Cotopaxi en abril de 1990, que cobra dimensiones impensadas con la toma simbólica de la iglesia de Santo Domingo, en la capital ecuatoriana, cuya principal demanda se traduce en la supresión de cualquier acto de discriminación racial y el reconocimiento del pueblo indígena como sujeto de derechos, lo cual representa para los nativos, una transformación sustancial en la vida futura de los pueblos y nacionalidades indígenas, las cuales se reconocerán de manera legal a través de la inserción de dichos planteamientos en la Constitución de 1998 y su ratificación y consolidación en la Constitución de 2008.

Los noventa constituyen un hito que modifica radicalmente las oportunidades de desarrollo de los pueblos originarios. La inserción de la interculturalidad y la plurinacionalidad, constituyen un logro importante en las aspiraciones de los pueblos indígenas, que contempla, no sólo su reconocimiento como parte de la sociedad, sino además que abre las puertas para un escalamiento social y político que incrementa las posibilidades para una mayor satisfacción de sus demandas y necesidades.

Lo acontecido en los 90, es la suma de varias acciones solidarias de apoyo al mejoramiento de las condiciones sociales, económicas y políticas de las agrupaciones étnicas en las provincias de la Sierra Centro, en donde Cotopaxi constituye uno de los puntales importantes para el surgimiento y consolidación de nuevas organizaciones indígenas. La propuesta surgida de estas movilizaciones, reivindica la noción de las nacionalidades como parte del Estado, configuradas en un enfoque integral que incluye pertenencia a un territorio y con características propias de cultura, lengua y relaciones sociales (Valarezo, 1993:10).

Las diferencias étnico culturales surgidas del proceso de conquista y colonización, marcan brechas de pensamiento, entre los conquistadores, los colonizadores, y los pueblos originarios, los cuales se basaron siempre en una falsa superioridad de los grupos blanco mestizos sobre la población indígena, ideas y acciones que generaron condiciones de explotación y marginalidad durante todo ese periodo, y que son fuente principal para la búsqueda de reivindicaciones de los pueblos mancillados (Walsh, 2012).

La agenda indígena, sostenida en 11 principios a partir de la movilización indígena de los 90, entre las que destacan el acceso equitativo a tierra, la no discriminación y la inserción de estas poblaciones, bajo en reconocimiento de la plurinacionalidad y la interculturalidad, conlleva modificaciones sustanciales al modo de vida de las poblaciones campesinas rurales mayoritariamente indígenas (Valarezo, 1993).

Para que los planteamientos impulsados desde las bases indígenas en los 90 sean reconocidos y practicados por la sociedad, con un enfoque de inclusión, que equipare los niveles de atención de necesidad de todos por igual, se requirió que estos sean incorporados en la normativa vigente, lo cual fue logrado en las dos Constituciones redactadas en Sangolquí en 1998 y en Montecristi en 2008 (Walsh, 2012). Pero además, era fundamental que estos sean difundidos hacia otros sectores de la sociedad y que se conviertan en práctica cotidiana. Para ello, la comunicación era una plataforma necesaria de ser acaparada.

En el caso de Cotopaxi, el MICC definió desde los 90 como una estrategia social y política, su acercamiento a medios locales, como Radio Latacunga, en primera instancia, y luego, el acceso a un medio local propio, como la creación de la estación televisiva “TVMIC” (Villalva, 2015).

La comunicación promovida por la organización indígena y la cooperación internacional, tiene como origen “la comunicación popular” desarrollada en América Latina en la segunda mitad del siglo XX, y cuya primera experiencia en la Sierra Central fue desarrollada por monseñor Leonidas Proaño, con la creación de la “Escuela Radiofónica Popular Ecuatoriana (ERPE)” en la década de los 60 (Guerrero, citado por Villalva, 2015). Esta experiencia fue promovida como una “posibilidad de contribuir al desarrollo individual de los comuneros y sus dimensiones culturales, potencializar la organización de las comunidades y afianzar el tema identitario y cultural. Una de las estrategias era visibilizar el trabajo comunal y los progresos, o reivindicaciones logrados a través de la lucha y el cumplimiento de los derechos adquiridos” (Villalva, 2015).

La influencia de la iglesia en la promoción de la comunicación popular en las provincias de la Sierra Centro es incuestionable, así como la presencia de ONG internacionales, inmersas en las labores educativas alfabetizadoras, mismas que posteriormente se convertirían en fórmula para el fortalecimiento de la organización social indígena. La inserción cada vez mayor de actores indígenas en el uso de los medios radiales locales de carácter popular, fueron experiencias notables para el posicionamiento y empoderamiento de los principios fundamentales de la lucha popular liderada por el movimiento indígena, así como también, el desarrollo de capacidades y liderazgos en algunos miembros de la organización en la década de los 80 y la consolidación de

un proceso político interesante que desembocará en procesos de captación de cargos de elección popular.

De esta forma, la comunicación popular, adquiere una importancia notoria, la cual debe ser fortalecida, por lo que se convierte en elemento estratégico que requiere de nuevas formas y herramientas. En este contexto, la radio ya no es suficiente, sino que se requiere de un medio masivo con mayor llegada a todos los sectores sociales. Por esto es que la televisión se convierte en meta y aprovechando coyunturas políticas favorables, como la presencia de líderes indígenas cotopaxenses, en instituciones estratégicas como CODENPE y la Prefectura de Cotopaxi, se desarrolla el proyecto TVMICC (Villalva, 2015), como una alternativa de ruptura a la comunicación tradicional, que posibilita el posicionamiento de las propuestas contenidas en la agenda del movimiento indígena, con el pleno desarrollo de los principios de interculturalidad y plurinacionalidad.

Desde las primeras emisiones de la televisión indígena en Cotopaxi, hasta la actualidad, han habido cambios importantes en los propósitos iniciales, mismos que se evidencian en la malla de programación actual, más parecida a las programaciones de la televisión que en su arranque intentaron cuestionar. La presente investigación pretende indagar ¿cuáles han sido los factores que han permitido dichos cambios? así como la determinación de influencias que han tenido diferentes sectores de la sociedad local y nacional en dicha transformación, pero además la determinación de las consecuencias para el debilitamiento de organización social y política de carácter indígena en la provincia de Cotopaxi.

### ***Marco contextual***

#### ***Comunicación popular y movimiento indígena en el Ecuador.***

Como se ha visto anteriormente, los 60, constituyen un cambio de época en la evolución de las organizaciones sociales campesinas, a las intervenciones citadas con anterioridad, por parte de la iglesia católica y las ONG, debe agregarse la incidencia de la reforma agraria que rompe por primera vez en muchos siglos, la estructura hacendaria en donde los indígenas campesinos, no eran más que mano de obra sin derechos de ninguna clase. A partir de entonces, la organización social campesina, surge por primera vez, apoyada desde fuera, para lograr transformaciones importantes, tanto en la conciencia individual de sus miembros, como en el pensamiento colectivo, rescatando su cultura y tradiciones, como fuentes primordiales de reivindicación.

Destaca en esta etapa de la historia, que el proceso de generación de conciencia social, logra algo que no estuvo pensado desde los impulsores mestizos, la generación en el pensamiento colectivo indígena, la modificación de las metas planteadas desde el mundo mestizo, que buscaba la inclusión de los indígenas en el seno de la sociedad y sus normas, mientras que desde el mundo indígena se planteó más bien el “reconocimiento de su cultura” que es un cambio trascendental, pues implica replantear la misma sociedad reconociendo que hay otro tipo de modelo de desarrollo y otras naciones conviviendo en el mismo territorio. La plurinacionalidad y la multiculturalidad serán desde entonces, la principales banderas de lucha del campesinado indígena, que replantean el propio concepto de cambio social impuesto por la cooperación internacional y local.

El mensaje, dentro de este contexto cambia totalmente y desde la visión del indígena campesino, se requiere que sea entendido no solo por propios, sino también por extraños, y para ello se requieren de canales o instrumentos que faciliten la divulgación del nuevo mensaje. El abordaje de la comunicación popular estuvo vinculado al discurso de la modernización de los

pueblos, dentro del esquema “dominación/subordinación” (Dubravcic, 2002: 24), pero con la visión de la educación y la comunicación como prácticas liberadoras.

Cabe tomar en cuenta, que en esta realidad, la educación de masas fue, en primera instancia, uno de los ejes centrales del proyecto modernizador, la alfabetización como medio de generación de conciencia y a través de ella de liberación.

La relación de la comunicación popular y el movimiento indígena tiene sus orígenes justamente en los conceptos de comunicación popular antes mencionados. Dubravcic nos refiere que las principales organizaciones que impulsaron este proceso, en el marco de la evangelización arrancada por la iglesia católica -con Monseñor Leonidas Proaño y Monseñor Rada a la cabeza- tuvieron como base la organización social y “su matriz originaria, en cuanto a pueblos organizados, fueron la Central Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas CEDOC y la Federación Nacional de Organizaciones Campesinas FENOC” (Dubravcic, 2002: 39) y se dió en el marco de la reforma agraria en los 60, siendo los 70 la época en donde despegan proyectos radiofónicos ligados al objetivo de la comunicación y educación popular como el Instituto Radiofónico Fé y Alegría (IRFEYAL) y las Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador (ERPE), alfabetizando indígenas y campesinos.

Destaca también que en dicho contexto la implementación de los procesos de reforma agraria en los 60 y 70, tienen una gran influencia en la organización social y territorial de los indígenas campesinos (Villalva, 2015). Lo destacado de los procesos sucesivos de reforma agraria, es que a pesar del objetivo de eliminar la precarización de las labores, las condiciones de tenencia de la tierra logradas por los campesinos indígenas no fueron las mejores, razones por las cuales, muchos de ellos se vieron obligados a abandonar sus tierras y a migrar a las ciudades, produciéndose un importante éxodo de indígenas de la sierra centro y norte a las principales ciudades del país, con la consabida marginación y exclusión que dichos flujos generaban en la población desplazada, creando una nueva pobreza urbana (Villalva, 2015).

Todas las acciones antes citadas, es decir, la promulgación de la Ley de Comunas a fines de los 30, que dió paso al surgimiento de la organización comunitaria campesina e indígena, los cambios estructurales en la tenencia de la tierra, la migración indígena del campo hacia las ciudades, así como los históricos procesos de subordinación y dominación, y la participación de organismos no gubernamentales y la iglesia católica para promover el cambio social en las zonas rurales de todo el país, pero en especial de la serranía ecuatoriana, fueron semilla para la construcción del discurso del reconocimiento del mundo indígena, su cosmovisión y el replanteo del país como un estado plurinacional y multicultural.

En Cotopaxi, el movimiento indígena se fortalece a partir del trabajo de las organizaciones campesinas, apoyadas por la iglesia y diversidad de ONG, en función de reivindicaciones sociales de gran importancia como es el mayor y mejor acceso al suelo productivo - hecho que a pesar de las reformas agrarias de los 60 y 70, siguen siendo temas de actualidad, sin una solución definitiva, la equidad en el acceso al agua, al crédito productivo y a una mejor tecnología para el agro.

Tanto la formación educativa, el acceso a información alternativa y liberadora, así como el fortalecimiento de la organización social campesina, constituyen hitos que permitieron el incremento de un poder popular, que en los 90 despuntó con la gran movilización indígena que puso en riesgo la estabilidad democrática del país, lo que posicionó al movimiento indígena, en especial al de Cotopaxi, como uno de los actores principales en la política nacional de la época.

En los 80, con la creación de las casas comunales de Salcedo y posteriormente la de Pujilí, se crea el Movimiento indígena campesino de Cotopaxi (MICC), con los objetivos principales de

“generar conciencia en las comunidades sobre sus problemas principales, superar las condiciones de opresión de las mismas, consolidar la organización comunitaria para la movilización social y apoyar a otras organizaciones similares (Villalva, 2015: 12). Esta organización contó en sus inicios con el apoyo de la ECUARUNARI y la participación de la comunidad salesiana de Zumbahua, Guangaje y Maca.

Años más tarde, se unirían a las entidades de apoyo ONG internacionales y locales, así como otras ligadas de alguna forma al Estado, como es el caso de FODERUMA en los 70 y 80, el CODENPE a finales de los 90 y comienzos del nuevo siglo, sin dejar de lado la intervención de organismos gubernamentales y los gobiernos autónomos de la provincia.

En la relación del movimiento indígena de Cotopaxi, con los temas comunicacionales, tanto internos como externos, destaca la necesidad que esta organización se propuso impulsar, para mejorar la comunicación de forma integral, para la consecución de los fines antes mencionados. En el estudio realizado en 2015 para el Área de Comunicación de la Universidad Salesiana, se destaca que el proceso de concienciación comenzó con la difusión de información a través de altavoces, el uso de periódicos murales y volantes (Villalva, 2015: 15). De acuerdo a la investigación citada, sería la iglesia y su relación con experiencias como la colombiana (Radio Sutatenza), boliviana y la ecuatoriana iniciada en Chimborazo (ERPE) en los 50 y 60 en la creación de redes radiofónicas para reducir el nivel de analfabetismo, que surge la necesidad de enfrentar el reto comunicacional desde un medio propio, mediante el cual se facilite una mayor llegada a las bases sociales campesinas e indígenas.

La experiencia de Radio Latacunga sería el punto de arranque en la provincia, para poner en práctica la comunicación popular, con el añadido de la participación de la gente, en la aplicación del principio participativo de los campesinos de la localidad y la ejecución paralela de iniciativas de educación popular en Zumbahua a través del voluntariado, a lo que se denominó como “Sistemas de Escuelas Indígenas de Cotopaxi (SEIC) (Villalva, 2015). La radio cumplió con su misión, pero su localización urbana imposibilitaba la visibilización de los sectores marginales, razón por la cual se propuso la creación de cabinas populares en diferentes sectores de la zona rural cotopaxense, con la participación de “corresponsales populares”, cuya información se grababa en cassettes de audio que se replicaban en la emisora en el propio lenguaje de las comunidades, destacando que como resultado de estas acciones surgieron liderazgos que a futuro despuntaron en la política local (Villalva, 2015: 16).

A partir de estas experiencias, y por su importante influencia en el fortalecimiento de la organización comunitaria y sus mecanismos de movilización social, que se representan de forma clara en los levantamientos indígenas de los 90, se refuerza la necesidad de promover la creación de un medio de comunicación propio, que supere el alcance de la radio, que en su momento les fue de mucha utilidad, crece la expectativa en el movimiento indígena de Cotopaxi por contar con un medio de información masiva, para lo cual, se alía con actores importantes en el nuevo siglo, como es el CODENPE y el Gobierno Autónomo Descentralizado de la provincia, liderados por autoridades indígenas locales, quienes comprometen recursos para llevar adelante la nueva iniciativa comunicacional que fortalezca el posicionamiento de la cosmovisión indígena en el entorno socio político, no solo de este territorio, sino además que supere la frontera provincial hacia lo nacional.

En este contexto, la estrategia indígena fue la de crear un canal de televisión mediante el cual, tomando los principios de la comunicación popular, promueva los valores sociales, políticos y culturales, de la población campesina e indígena de las zonas rurales de Cotopaxi, iniciativa que se concretó en febrero de 2009, cuando TV MICC sale al aire por primera vez, con la tarea

principal de promover una ciudadanía plurinacional y poner en práctica, a través de la comunicación masiva, el proyecto político indígena.

En la actualidad, lo que resta es analizar si los fines para los que fue creado este medio de comunicación, siguen manteniéndose o la influencia del mercado ha impactado en la operación del mismo. La presente propuesta de investigación, pretende entender justamente, la evolución que ha tenido este medio de comunicación, en comparación con sus objetivos, principios y valores originales, para lo cual se ha definido una hablaremos en las secciones posteriores.

### **Referencias bibliográficas**

Baspiniano Contreras, Adalid. 2017. *Comunicación participativa para la convivencia*. Quito: Artes Gráficas SILVA.

- Beltrán, Ramiro (2006). *La comunicación para el desarrollo en Latinoamérica: un reencuentro de medio siglo*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.
- Bustillos V. (2013). *Propuesta de radio-revista juvenil para los sistema de comunicación de Latacunga: radio Latacunga y Estéreo Latacunga*. Tesis de grado. Quito: Universidad Central del Ecuador / FACSO.
- Calispa Serrano, D. (2011). *Comunicación para el desarrollo y su aplicación en el Ecuador*. En revista digital Tu comunidad.  
<https://tucomunidadinfo.wordpress.com/2011/10/14/la-comunicacion-para-el-desarrollo-y-su-aplicacion-en-el-ecuador/>
- Dos Santos, T. (2002). *Teoría de la dependencia: balances y perspectivas*. Madrid.
- Dos Santos, T. (2004). "De la resistencia a la ofensiva: el programa alternativo de los movimientos sociales". *Revista Osal* 5 (15): 65 -76.
- Dubravcic, M. (2002). *Comunicación popular: del paradigma de la dominación al de las mediaciones sociales y culturales*. Serie Magister, Volúmen 21. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Abya Yala y Corporación Editora Nacional.
- Eco, H. (2001). *Cómo se hace una tesis*. Décima edición. Barcelona: Editorial Gedisa S. A.
- Fernandez, M. (2012). *La Teología de la liberación: La iglesia de izquierdas*. En revista digital Ciudadanía. <https://elblogdemiguelfernandez.wordpress.com/2012/08/18/la-teologia-de-la-liberacion-la-iglesia-de-izquierdas/>
- Gómez, Cármen (2010). *Propuesta de estrategia de comunicación para la fundación Guillermo Toriello*. Tesis de pregrado. Guatemala: Universidad San Carlos de Guatemala.
- ILDIS. (1991). *INDIOS: una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990*. Quito: El Duende & Abya Yala
- IWGIA. (2016). *El mundo indígena 2016*. Compiladores: Diana Vindig y Cecilia Mikkelsen. Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa.
- León, C. (2010). *Reinventando al otro: el documental indigenista ecuatoriano*. Quito: Editorial Ecuatoriano.
- Le Bot, I. (2013). *La gran revuelta indígena*. Primera edición. México: Editorial Océano de México S. A. de C. V.
- Marquez, L. (2013). *Una TV verdaderamente comunitaria*. En Revista digital "Razón y palabra" 82.  
[http://www.razonypalabra.org.mx/N/N82/V82/09\\_Marquez\\_V82.pdf](http://www.razonypalabra.org.mx/N/N82/V82/09_Marquez_V82.pdf)
- Martínez Coll, J. C. (2001): "El crecimiento económico" en *La Economía de Mercado, virtudes e inconvenientes*; <http://www.eumed.net/cursecon/18/index.htm> consultado el (poner fecha de consulta).

- Noboa, M., Loor, M., y Del Pozo, V. H. (2018). Televisión comunitaria: factores de éxito para su crecimiento en Ecuador. *En Revista Killkana Sociales 2 (1)*, 27-32. DOI: [https://doi.org/10.26871/killkana\\_social.v2i1.181](https://doi.org/10.26871/killkana_social.v2i1.181)
- Ossa, C. & J. C. Arancibia (2013). *Experiencias de televisión local en Latinoamérica: estudio de revisión bibliográfica*. Santiago de Chile: Consejo Nacional de Televisión de Chile/ Departamento de estudios.
- Restituto Sierra Bravo. (1996). *Tesis doctorales y trabajos de investigación científica, metodología general de su elaboración y documentación*. Cuarta edición. España: Editorial Paraninfo.
- Reyes, G. (2019). "Teoría de la Dependencia" [en línea]  
Dirección URL: <https://www.zonaeconomica.com/teoria-dependencia> (Consultado el 10 de Feb de 2019)
- Rojas, L. (2007). *Comunicación popular y alternativa*. [en línea]. <https://www.monografias.com/trabajos16/comunicacion-popular/comunicacion-popular.shtml#comunicopopularmodelo>
- Silva S. (2009). "La teología de la liberación". *Revista Teología y vida* Vol. L. 96 - 116. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile.
- Stermann, J. (1998). *Estudio intercultural de la sabiduría autóctona andina*. Quito: Editorial Abya Yala.
- Tobar Solano B. (2016). *La Teología de la liberación en Ecuador: líderes, principios y estilos de iglesias*. En revista PUCE 102 Pp 385 - 404. Quito: PUCE.
- Valarezo, G. R. (1993). *El regreso de los runas*. Quito: Nina Comunicaciones.
- Velaco Abad, F. (1972). *Ecuador: subdesarrollo y dependencia*. Quito: Flacso Andes.
- Villalva, T. (2015). *Movimiento indígena y campesino de Cotopaxi, vinculación y uso de un medio de comunicación popular*. Tesis de Maestría en Comunicación. Latacunga: Universidad Andina Simón Bolívar/Área de Comunicación.
- Walsh, C. (2012). *Interculturalidad crítica y (de) colonialidad, ensayos desde Abya Yala*. Quito: Ediciones Abya Yala.